

# A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da Quarta Internacional (CORQI)

Palestina, Ucrânia, República Democrática do Congo

## A IVª Internacional e a luta contra a guerra



Paris, 14 de Fevereiro, Partido dos Trabalhadores: “Uma urgência: parar com o genocídio. Nem um tostão, nem uma arma para Netanyahu!”



México:  
crime organizado  
e imperialismo

Pelo poder dos  
conselhos operários:  
actualidade de Lenin

Alemanha: o que é  
o novo partido de  
Sahra Wagenknecht?

## Índice

---

Notas Editoriais Página 3

---

### Discussão

---

- **Discussões com militantes por uma Palestina laica e democrática** Página 5
- **Estados Unidos: primeira discussão sobre Trotsky, os trotskistas e a questão negra** Página 11
- **China: “Enquanto houver exploração, o movimento operário não desaparecerá”** Página 14

### Dossiê

---

- **Há trinta anos: o genocídio no Ruanda** Página 16

### Análise

---

- **México: O desenvolvimento do crime organizado, sintoma da decomposição imperialista** Página 20
- **China: Milhares de greves operárias de que ninguém fala...** Página 24
- **Alemanha: Aliança Sahra Wagenknecht, uma aliança no terreno dos partidos burgueses e da extrema-direita** Página 27

### Documento

---

- **Aos militantes, grupos e organizações de todo o mundo determinados a respeitar os princípios do trotskismo** Página 30

### Centenário da morte de Lenin

---

- **Sobre as *Teses de Abril* e o combate de Lenin pelo poder dos soviets** Página 33

### Correspondência

---

- **Lenin na Rússia, hoje: a percepção de Lenin no povo, e como o regime a usa** Página 38

### Evento

---

- **Segundo encontro internacional de jovens revolucionários** Página 42

### ***A Internacional***

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI)

Director de publicação: Daniel Gluckstein

Editor: Réveil ouvrier

67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil (França)

Tiragem: 3 000 exemplaires

CPPAP : 0623 G 93127

### **Aviso**

---

*A Internacional* é a revista teórica e de informação política do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional). Aspira a ser um espaço de debate livre no quadro do que são os princípios próprios da IVª Internacional.

Os artigos assinados publicados nesta revista reflectem a opinião dos seus autores. Não vinculam necessariamente a redacção da revista.

---

**A** actualidade mundial deste início de ano de 2024 tem sido dominada pela generalização da guerra.

Guerra genocida do Estado de Israel contra o povo palestino.

Guerra imperialista na Ucrânia, que, segundo o *New York Times* (Agosto de 2023), já causou já mais de 500 mil mortos e feridos graves.

Guerras e massacres ininterruptos, há trinta anos, na República Democrática do Congo (leia-se neste número a entrevista a Paul Nkuzimana).

Guerras de decomposição que entregam nações inteiras ao terror dos bandos e dos narcos, do Equador ao Haiti, passando pela América Central e pelo México (leia-se neste número o artigo de Juan Carlos Vargas).

Preparativos de guerra do imperialismo americano contra a China, marcados por tensões crescentes ao largo das Filipinas...

E guerra “interna” em cada país contra os trabalhadores e a juventude, feita por governos com métodos cada vez mais autoritários e antidemocráticos.

Apesar disto, seria errado ver na situação apenas o ascenso da barbárie. Há nela uma estreita imbricação com as irrupções revolucionárias dos trabalhadores, dos camponeses e da juventude. Nestes últimos meses, assistimos, na Argentina, à mobilização dos trabalhadores contra os projectos anti-operários do presidente de extrema-direita, Milei; na Índia, ao regresso das manifestações dos camponeses pelo direito a viverem do seu trabalho. Assistimos, no coração da África, à multiplicação de greves nacionais contra a inflação galopante – do Chade à Guiné Conakry, passando pela Nigéria; a greves operárias na China (leia-se neste número o artigo de Alain Frandor). Estes dois fenómenos, um como o outro, são consequência da agonia do sistema capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção.

Nem em Gaza, nem na Ucrânia, nem na RDC a guerra se explica pela “loucura” de algum chefe de Estado, menos ainda por algum alegado conflitos entre povos, nações, etnias, religiões...

O genocídio de Netanyahu em Gaza? A revista de investigação americana *The Lever* relatava, em 25 de Outubro de 2023, que “*Duas das maiores empresas de defesa americanas (entre elas, a Lockheed Martin – NdR) declararam esta semana aos seus investidores que a brutal guerra de Israel contra a faixa de Gaza ia ser benéfica para os negócios, mas um dos dirigentes fez a previsão de que a sua quadruplicação recente da produção de artilharia não iria chegar para responder à procura adicional.*”

Fica-se a compreender melhor por que, mesmo quando a administração americana fala de “cessar-fogo”, nunca está em causa parar com os fornecimentos quotidianos de armas que permitem ao Estado sionista massacrar.

A guerra na Ucrânia? No dia 12 de Dezembro de 2023, a presidência da Ucrânia deu conta da reunião em Washington, por ocasião da visita oficial de

Zelensky aos Estados Unidos, com os administradores executivos das principais empresas americanas do armamento: BAE Systems, Boeing, Sierra Nevada Corporation, RTX, Lockheed Martin, etc. “*Sem gente como vocês, não seríamos capazes de resistir*”, ousou declarar Zelensky. As regras da boa educação exigiriam antes que fossem os capitães de indústria americanos a agradecer a Zelensky, pois os seus lucros não fazem senão bater recordes desde Março de 2022. Naquele encontro, Zelensky “*evocou a ideia de criar um centro de defesa na Europa, situado na Ucrânia*”, sendo sua “*intenção convidar os seus parceiros americanos a ficarem com uma participação nas empresas de defesa ucranianas*”. Quer-se lá saber que a Ucrânia fique transformada num campo de ruínas... o essencial é os capitalistas americanos poderem instalar lá, a seguir à guerra, um gigantesco centro de produção de armamento, beneficiando de uma mão de obra qualificada e muito barata.

As despesas militares em constante crescimento, com as grandes potências a saquearem os orçamentos dos serviços públicos em proveito dos orçamentos militares (que, por sua vez, alimentam os cadernos de encomendas e, por conseguinte, os lucros da indústria militar, dominada pelas grandes empresas dos Estados Unidos), intensificam a “guerra interna” contra os trabalhadores e a juventude. “*A Europa está face a um ajustamento doloroso, devido ao aumento das despesas militares*”, punha *The Economist* em título da sua edição de 22 de Fevereiro de 2024. Pelo seu lado, o antigo economista-chefe do Fundo Monetário Internacional (FMI), Olivier Blanchard, suscita, no jornal francês *Le Monde*, a questão dos défices públicos, alimentados, diz ele, de três fontes: “*a ligada às despesas tradicionais (subsídio de desemprego, pensões de aposentação, vencimentos dos funcionários...); a ligada à defesa contra a Rússia e à luta contra o aquecimento climático; e, por fim, a ligada ao apoio à actividade em caso de abrandamento.*” O que propõe: “*É claro que o plano deve consistir em diminuir as primeiras, aumentar a despesa ligada à defesa...*”. Propõe, pois, o alinhamento pela “economia de guerra” imposta, na Rússia, por Putin e o seu regime de oligarcas mafiosos: “*As despesas militares da Rússia são da ordem de 6% do PIB por ano*”, enquanto serão de cerca de 2% do PIB nos países da NATO. Conclusão: “*Vai ser preciso fazer melhor.*” E, portanto, golpear os trabalhadores ainda com mais força.

Para marxistas, economia do armamento (aquilo a que Rosa Luxemburgo chamou o “militarismo”, em 1913) é parte das forças destrutivas geradas pelo sistema capitalista chegado ao seu estágio supremo, o imperialismo, ao mesmo título que o “*maquinismo e o dinheiro*” (Marx).

As gigantescas massas de capitais – reais e fictícios – acumuladas pela burguesia mundial andam a tentar valorizar-se graças à economia de guerra, mas também a todos os mecanismos parasitários da especulação, ou, ainda, nas grandes empresas da inteligência artificial, descoberta tecnológica que o

## ● NOTAS EDITORIAIS

sistema capitalista usa para destruir a força de trabalho.

Numa situação mundial assim, e citando o programa da IVª Internacional, *“em todos os países, apodera-se do proletariado uma angústia profunda. Massas de milhões de homens enveredam constantemente pela via da revolução. Porém, nela, esbarram, de cada vez, com os seus próprios aparelhos burocráticos conservadores.”*

É um facto que nunca os dirigentes das organizações – políticas e sindicais – que falam em representação dos trabalhadores estiveram de tal maneira comprometidos com a defesa do regime capitalista falido e dos governos e instituições que o representam. A actualidade é, por muito que nos custe, pródiga em exemplos. Assim, no dia 27 de Fevereiro, os deputados ao Parlamento Europeu votaram por quase unanimidade a afectação de mais 50 mil milhões de euros para alimentar a matança na Ucrânia (confirmando que a União Europeia está cada vez mais reduzida a um simples apêndice da NATO). Quem, entre os eurodeputados de “esquerda”, se encontra, disposto a votar os créditos de guerra? Os representantes dos partidos sociais-democratas e “socialistas” e muitos eurodeputados ditos de “esquerda” saídos da crise dos PCs ou, em França, da *France insoumise*. A porta-voz desta, Manon Aubry, ousou declarar em sessão: *“É evidente que é necessária a solidariedade com a Ucrânia, (...) é evidente que apoiaremos os 50 mil milhões de ajuda, mas não à guerra!”* Em nome da recusa da guerra, votam-se os créditos de guerra que a NATO exige e que farão as fortunas dos accionistas da indústria do armamento, enquanto soldados ucranianos e russos são conduzidos ao massacre nos campos de batalha. E a Palestina? A 16 de Fevereiro, constituiu-se nos Estados Unidos a “Rede Nacional Sindical pelo Cessar-Fogo”. Dirigentes de poderosos sindicatos que se declaram representativos de 9 milhões de trabalhadores (da indústria automóvel, professores, electricistas, etc.) expõem assim a respectiva plataforma: *“Cessar-fogo imediato em Gaza entre Israel e o Hamas. Restauração dos direitos humanos. Libertação imediata dos reféns feitos pelo Hamas. Acesso sem entraves à ajuda humanitária. O nosso presidente (Biden – NdR) que apele a um cessar-fogo permanente.”* Uma súplica a Biden... em quem a maior parte destas direcções sindicais apele a votar, a cujo comité de campanha se prontificam a pagar milhões de dólares tirados das quotas dos filiados. Uma súplica a Biden... mas nem uma palavra pelo fim do fornecimento de armas. Menos ainda um apelo a que os seus 9 milhões de sindicalizados organizem o bloqueio dos cargueiros e aviões que abastecem

Netanyahu.

Fazendo parte integrante desta “união sagrada” com os governos fautores de guerra, esses mesmos dirigentes – tanto no plano político como no plano sindical – tentam à viva força desanimar os trabalhadores de, com as suas organizações, se sublevarem contra os governos capitalistas e os seus planos. Acompanhamento, concertação, “diálogo social”, “parceria” e, quando a luta de classes procura furar, divisão e esquiva.

Haverá necessidade de alinhar nesta política de capitulação dos aparelhos dirigentes? Ou não porá toda a situação na ordem do dia a necessidade urgente de a classe operária tomar o poder, expropriando o capital e socializando os meios de produção (leia-se a contribuição de Daniel Gluckstein sobre a actualidade de Lenin)? Tal exige, consequentemente, uma política independente de construção da IVª Internacional e de partidos operários revolucionários em cada país. Estas questões, que estiveram no âmago da crise da IVª Internacional em 2015, encontram-se hoje a uma luz muito instrutiva, como se lerá nesta revista (no artigo de Heinz Werner Schuster e na carta publicada na página 30).

Este número d’*A Internacional* publica-se quatro meses após a realização, no início de Novembro de 2023, da conferência Internacional *“pela reconstituição da IVª Internacional – pelo partido mundial da revolução socialista”*, por iniciativa do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI). As resoluções e decisões da conferência foram publicadas no nosso último número. Que se passou nestes quatro meses? As discussões, a elaboração e o trabalho conjunto com os militantes, grupos e tendências que compareceram à conferência Internacional ao lado das organizações filiadas no CORQI têm continuado. Ler-se-ão, designadamente, neste número, entrevistas que nos foram dadas por militantes que se batem por um Estado palestino uno, laico e democrático no território da Palestina histórica, a acta de uma discussão com militantes negros dos Estados Unidos sobre as posições de Trotsky em prol do direito à autodeterminação/auto-organização dos negros na América e o relatório de uma reunião de prestação de contas da conferência que se realizou na China. São primeiros elementos que prosseguem a discussão sobre a construção da Internacional Operária revolucionária, indispensável ao combate revolucionário dos trabalhadores em todos os continentes.

**A Internacional**

## Discussões com militantes por uma Palestina laica e democrática

# Reflexões sobre a situação na Palestina desde 7 de Outubro de 2023

Conversa com Naji El Khatib, militante palestino da *One Democratic State Initiative* (Iniciativa por um Estado Democrático Uno)<sup>(1)</sup> publicada no nº 426, de 7 de Fevereiro de 2024, de *La Tribune des travailleurs*, semanário do Partido dos Trabalhadores francês (de que são membros os militantes da secção francesa da IV<sup>a</sup> Internacional).

### Quatro meses depois do 7 de Outubro de 2023, como descreverias o estado de espírito entre os palestinianos?

No dia 7 de Outubro, eu referi, tal como muitos activistas palestinianos, que só podíamos reiterar que o principal objectivo da luta do povo palestiniano nunca é matar, mas, sempre, alcançar uma solução política que garanta o respeito por todas as vidas humanas, sem distinção, sejam elas de judeus israelitas, sejam de palestinianos.

Não obstante, todos os observadores reconhecem que a grande maioria do nosso povo vê no 7 de Outubro uma expressão da resistência, apesar da disparidade de meios entre os dois lados, resistência essa que prossegue apesar de todos os horrores. A palavra ‘*sommod*’, de difícil tradução (firmeza, resiliência, persistência), adquiriu muitas facetas: em Gaza, face à guerra de aniquilação e genocídio da população civil; na Cisjordânia, face aos ataques dos



Nas ruínas de Gaza

colonos extremistas e aos violentíssimos ataques do exército [israelita] aos campos de refugiados; e, no interior das fronteiras de 1948 (entre os palestinianos naturalizados israelitas), face à ascensão do fascismo sionista em todas as suas expressões, institucionais e sociais.

Na diáspora palestiniana, prevalece, face à guerra de extermínio, um sentimento de raiva contra os países ocidentais em que vivem e cujas posições em prol da política criminoso do Estado de Israel não conseguem inflectir. Uma espécie de sentimento de impotência perante o massacre.

### Biden, Macron e outros aparecem outra vez com a “solução de dois Estados”: porquê?

Há trinta anos que a “solução de dois Estados” é um logro usado para organizar a gestão da ocupação e da colonização. Assim, durante esses trinta anos, o número

de colonatos aumentou exponencialmente, e o número de colonos na Cisjordânia passou de 160 mil para cerca de um milhão, graças à mentira da “solução de dois Estados”.

Aos olhos de muitos palestinianos, o 7 de Outubro dificultou a tarefa de quem quer suprimir a questão nacional palestiniana. Tarefa encetada, nos últimos anos, com a cumplicidade da “Autoridade Palestiniana” e dos regimes árabes aliados de Israel e dos imperialismos ocidentais.

Todos os que agora vêm outra vez com a pretensa “solução de dois Estados” estão a tentar proteger os seus próprios interesses. A Autoridade dita Palestiniana quer recuperar um papel há muito perdido. Os Estados do Golfo, melhorar as condições para a “normalização” das suas relações com Israel. E o imperialismo americano, atenuar os efeitos negativos para a sua imagem, prejudicada pelo seu apoio militar directo e incondicional ao ataque de Israel a Gaza.

## ● DISCUSSÃO

&gt;&gt;&gt;

Depois do 7 de Outubro, o imperialismo, apesar da sua arrogância, vê-se obrigado a tomar em consideração a questão palestina, porque o povo palestino não deixou de resistir. É por isso que tanto a declaração de Cameron de 31 de Janeiro, sobre a necessidade de criar “um Estado palestino”, como a declaração de Blinken do mesmo dia a encarregar o Departamento de Estado dos EUA de estudar a ideia remetem para o contexto político pós-7 de Outubro. Seja como for, um tal “Estado”, sem soberania, desmilitarizado e sob controlo da segurança israelita, mostra que a “solução de dois Estados” continua a não passar da criação de um “bantustão” palestino, para liquidar a causa palestina de uma vez por todas.

### **Que análise fazes dos processos em curso na sociedade israelita, que está à beira da explosão?**

No que diz respeito à rápida evolução da sociedade israelita para a extrema-direita, fascista e racista, à vista do mundo, é preciso voltar à análise de Ilan Pappé, académico e historiador israelita, num simpósio recente que organizou em Haifa, durante o qual referiu indicadores do que considera ser “o princípio do fim do projeto sionista”.

O primeiro indicador é “a guerra civil a que todos assistiram, antes de 7 de outubro, entre o campo laico e o campo religioso no seio da comunidade judaica em Israel”. Na sua opinião, “esta guerra vai repetir-se... O que une os dois campos é a ameaça à segurança e não parece que isso vá funcionar daqui para a frente”. O segundo indicador é “o apoio sem precedentes à causa palestina em todo o mundo, com uma vontade de adoptar o modelo anti-apartheid que ajudou a derrubar o regime na África do Sul”. O terceiro indicador é o factor económico, baseado no “elevado fosso entre os que têm e os que não têm, para além de uma visão sombria do futuro da solidez económica do Estado de Israel”. O

quarto indicador resume-se à “incapacidade do exército para proteger a comunidade judaica no Sul e no Norte... Isto provocará mais ansiedade e medo entre os israelitas”. O quinto indicador surge através da “posição da nova geração de judeus, incluindo nos Estados Unidos, que contrasta com as gerações anteriores que, embora criticando Israel, pensavam que este país era um seguro contra um novo Holocausto ou vagas de anti-semitismo”.

Penso que esta visão optimista deve ser relativizada, pois o número de israelitas que abandonam definitivamente a ideologia sionista por uma opção democrática e laica continua a ser modesto, embora esteja em constante crescimento. E isto num contexto em que Israel, como fortaleza do capitalismo, ainda tem alguns pontos fortes com o seu sistema político e económico, as suas capacidades tecnológicas e militares e, sobretudo, a garantia dada à sua segurança pelas grandes potências imperialistas face ao povo palestino. A frota americana enviada muito rapidamente para a região ilustra o lugar e o estatuto do Estado de Israel como principal colónia do imperialismo no Médio Oriente.

### **Confirma a cólera do povo de Gaza contra todos os regimes árabes que o abandonaram?**

Expor o povo palestino de Gaza aos piores massacres a fim de o aniquilar e destruir o seu ambiente, as suas casas e as suas infra-estruturas equivale a puni-lo colectivamente por não desistir da resistência para alcançar as suas reivindicações históricas: o direito de regresso e a libertação nacional. Convém lembrar que a maioria da população da Faixa de Gaza é composta por refugiados expulsos das suas casas quando da criação do Estado de Israel, em 1948.

Os habitantes de Gaza pensavam que os resultados catastróficos da guerra genocida suscitariam uma reacção e solidariedade do mundo árabe e islâmico... esquecendo, infelizmente, que esse mundo é governado por elites cor-

ruptas e antidemocráticas, que reprimem e massacram o seu próprio povo, como Israel o povo palestino. No entanto, o povo de Gaza sabe que os povos da região estão com ele, ainda que não o possam exprimir, dada a dureza da repressão política praticada pelos regimes árabes contra qualquer manifestação de solidariedade para com os palestinos.

### **E as relações do Hamas com o Irão e os seus aliados?**

O Hamas, que historicamente provém da Irmandade Muçulmana (sunita), nunca foi um dos aliados “naturais” do Irão, como o Hezbollah libanês, os houthis no Iémen ou as milícias xiitas no Iraque e na Síria. A relação entre o Hamas e o Irão não é uma relação ideológica ou confessional, mas sim uma aliança política, que se pode reforçar ou dissolver. Quando o Hamas rejeitou o ditame iraniano de que era necessário estar do lado do regime sírio, aliado do Irão, este rompeu relações com o Hamas durante muito tempo.

O Hamas, que procura apresentar-se como um movimento de libertação nacional e tomar o lugar da Fatah na história da Palestina, sabe que o discurso do Irão e aliados sobre a “libertação de Jerusalém” se destina a “consumo interno” e a reforçar as posições das potências xiitas, nada tendo que ver com as preocupações palestinas.

### **E quanto à liderança tradicional palestina: a Fatah (partido de Yasser Arafat e Mahmoud Abbas) e as outras correntes, incluindo a “esquerda”, da Organização de Libertação da Palestina (OLP)?**

A Fatah tornou-se uma organização velha e sem credibilidade, incapaz de ir para a frente com os seus dirigentes e de dar posições de chefia aos seus jovens. Um grupo de combatentes do passado transformados em funcionários burocráticos. A Fatah abandonou voluntariamente a direcção da luta nacional ao fundir-se com a chamada “Autoridade” palestina

[instituição nascida dos acordos de Oslo de 1993, que serve essencialmente para “garantir” a segurança de Israel – nota do editor]. Alguns dos seus dirigentes ainda continuam, sem resultado, a tentar recuperar as glórias passadas da organização. A OLP, integrada nessas instituições da mesma forma que a Fatah e a maior parte da esquerda palestina, perdeu toda a legitimidade de representante de todos os palestinos. Por isso o Hamas tenta ocupar a posição de herdeiro da causa nacional que aquelas organizações envelhecidas abandonaram.

### Como interpreta o documento “A nossa narrativa”, que o Hamas acaba de publicar, dando a “sua” versão do 7 de Outubro?

Com este documento, publicado a 21 de Janeiro, o Hamas – cujo congresso de 2017 aceitara a ideia de um “Estado” na Cisjordânia e em Gaza, portanto, na prática, lado a lado com Israel – apresenta-se como interlocutor-chave nas negociações para uma “solução política” já iniciadas com o imperialismo e Israel. Por isso faz suas algumas posições tradicionais do movimento de libertação nacional.

Há muitas novidades neste documento. Num estilo pouco habitual, apresenta explicações e faz uma autocritica em relação a certos aspectos do 7 de Outubro.

A outra novidade reside no relato histórico do conflito, que reata com a linguagem habitualmente usada nos escritos políticos palestinos. Não há vestígios de narrativa religiosa. O documento apresenta uma síntese do surgimento da questão palestina, começando no início da colonização sionista na Palestina, passando pela *Nakba* (1948) e até à ocupação da Cisjordânia e da Faixa de Gaza (1967), à apetência de Israel pela colonização, à confiscação de terras, ao apartheid, à violação dos lugares sagrados, à opressão, às detenções e ao cerco de Gaza.

Outra indicação importante: a repetição, por dez vezes, das palavras “*civis israelitas*”, a ênfase

posta na necessidade de “*evitar tomar civis como alvos*”. É uma mudança importante em comparação com as acções militares do Hamas durante a segunda Intifada.

Último ponto que é importante mencionar, por ser uma mudança positiva. A afirmação, feita por seis vezes, de que “*o conflito com o projeto sionista não é um conflito com os judeus por causa da sua religião, não é uma luta contra os judeus porque são judeus. É um conflito contra os sionistas porque são colonizadores que atacam o nosso povo e ocupam a nossa terra*”.

### Como reagem os defensores da solução democrática – um Estado palestino uno, laico e democrático no território da Palestina histórica?

A brutal guerra de extermínio em Gaza gerou duas posições contraditórias na opinião pública palestina, tanto na Palestina histórica como na diáspora. Por um lado, este genocídio mostrou mais uma vez que o extermínio era política oficial do Estado sionista, com a participação directa do imperialismo americano, tornando-se, por conseguinte, necessária uma solução radical e tornando a proposta palestina de “um Estado palestino uno, democrático e laico” numa alternativa viável e convincente. Temos verificado que o programa político do nosso grupo *One Democratic State Initiative* (ODSI) ganha audiência. O número de pessoas que nos contac-

tam não pára de aumentar.

Por outro lado, perante os horrores cometidos em Gaza, há, infelizmente, manifestações de retraimento identitário, de críspação e recusa do outro, visto apenas como inimigo. Há, também, um reforço de todos os meios reaccionários que amalgamam a cumplicidade dos imperialismos americano e europeus, a cumplicidade deles com os sionistas, e todos os valores da democracia e da modernidade, considerados ferramentas ao serviço do campo israelo-americano. Esta evolução negativa vai complicar o nosso esforço de luta por um Estado democrático e laico na Palestina.

### Que relação há entre a questão nacional e as aspirações sociais dos trabalhadores e dos camponeses?

É um facto que a destruição, deslocação e desenraizamento da sociedade palestina da sua terra (povo maioritariamente camponês) fizeram com que as massas de refugiados vivessem sem terras para cultivar, transformando-as em mão de obra barata, sazonal, para os sectores produtivos dos países de asilo, sem direitos nem protecção. Em resumo, um povo deslocado a viver à margem das sociedades de acolhimento, sem recursos necessários para formar os seus próprios sindicatos. A primeira *Nakba*, de 1948, continua; passámos a falar de uma *Nakba* permanente... Nestas condições de genocídio, é difícil falar hoje de



O exército israelita em Gaza

## ● DISCUSSÃO

>>> que represente a classe trabalhadora.

### **As "Teses para a Assembleia Constituinte Palestiniana"<sup>(2)</sup> podem ajudar a reunir uma vanguarda?**

As teses sobre a Assembleia Constituinte Palestiniana adoptadas na conferência internacional do CORQI (Novembro de 2023) podem representar uma alavanca para fazer surgir uma verdadeira

vanguarda palestiniana. No entanto, a adesão às teses está relacionada com o grau de desenvolvimento do programa político do Estado democrático único, de modo que este se torne em elemento central da cena política palestiniana. Por outras palavras, quando o movimento por um Estado único se transformar num verdadeiro movimento popular, com peso nas decisões palestinas, a luta pela Assembleia Con-

stituinte poderá avançar verdadeiramente. As duas questões estão intimamente ligadas. ●

### **Entrevista de Dominique Ferré, 3 de Fevereiro de 2024**

<sup>(1)</sup> A página Web da ODSI pode ser consultada aqui: [www.odsi.co](http://www.odsi.co).

<sup>(2)</sup> Publicado no n° 32 d' *A Internacional*, revista do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional.

## Palestina: um Estado laico e democrático

**Conversa com Alain Alameddin e Basel El Hussein**, militantes da ODSI, publicado em *Black Republic (República Negra*, Fevereiro de 2024), publicação mensal da secção azaniana da IVª Internacional (Azânia/África do Sul). Alain Alameddin é membro do partido político libanês "Cidadãos num Estado" e apoiante da ODSI. Basel El Hussein é palestiniano-libanês nascido ano Egipto, onde a família encontrou refúgio depois da *Nakba* de 1948. É estudante de engenharia em arquitectura na Universidade Americana do Cairo e apoiante da ODSI.

### **Black Republic: Porque se usa o termo "apartheid" para descrever o actual regime de Israel sobre os palestinianos?**

A razão é o controlo esmagador que Israel exerce sobre os palestinianos. Existe uma infinidade de

barreiras e de postos de controlo militar rigoroso, que restringem e limitam deliberadamente os movimentos dos palestinianos; há sistemas jurídicos separados: um, que favorece os colonos judeus; e outro, discriminatória por natureza, para os palestinianos; a segregação racial e religiosa é larvar; muitas ruas e bairros são exclusivamente judaicos; os palestinianos, mesmo os que têm cidadania israelita, não estão autorizados nem a entrar nem a viver neles; e, devido ao bloqueio imposto a Gaza, o Governo israelita controla o fluxo de bens e da ajuda que entram e saem de Gaza, bem como a electricidade, o abastecimento de água, o gás e a energia, etc.

### **Quem são os cidadãos palestinianos de Israel e que direitos têm?**

São antigos "cidadãos palestinianos" que não viviam nem em Gaza nem na Cisjordânia antes da criação do Estado israelita. Vivem segregados da sociedade israelita, são cidadãos de segunda, sujeitos a discriminação sistemática por parte dos israelitas locais e dos órgãos do Estado judaico.

### **O que entendem os palestinianos por direito de regresso?**

Quando da declaração de instauração do Estado de Israel, em 1948, as milícias israelitas

começaram uma guerra contra os palestinianos locais. Daí resultou uma guerra com os cinco países árabes vizinhos. O acontecimento ficou conhecido como a *Nakba* – catástrofe –, em que uns 750.000 palestinianos foram deslocados à força. Israel continua a não permitir o regresso destes palestinianos, que ficaram dispersos, como refugiados, pelo mundo árabe e em Gaza.

### **A vida dos palestinianos em Jerusalém e na Cisjordânia é diferente, comparada com Gaza?**

A resistência palestiniana libertou Gaza da ocupação física em 2005. Israel passou então a tentar controlar Gaza de várias maneiras, tais como destruindo o aeroporto, impondo um bloqueio e proibindo Gaza de se tornar auto-suficiente em matéria de energia. Por outro lado, na Cisjordânia, a chamada Autoridade "Palestiniana" trabalha de mãos dadas com o ocupante. Faz pontaria aos lutadores pela liberdade, prende-os, tortura-os e mata-os. Entretanto, Israel continua a construir colonatos e a isolar as cidades palestinianas umas das outras. Em Jerusalém, acontece algo de parecido: aos não judeus são negadas licenças de construção e verbas – isso, quando não são fisicamente expulsos das suas casas para dar lugar a novos colonos. Todos os palestinianos sentem a opressão do "Estado ju-



26 de Fevereiro, Nova Iorque, “Os judeus dizem a Biden: pára de armar o genocídio!”

deu”, de uma maneira ou de outra.

### O que é a ODSI, como surgiu e que objectivos tem?

A Iniciativa do Estado Democrático Uno é uma iniciativa política palestina que trabalha na Palestina e na diáspora para se reapoderar da narrativa e centrá-la na solução: a saber, a instauração do Estado palestino uno, laico e democrático, do rio até ao mar. Foi criada no início de 2023 por alguns apoiantes de longa data do ODS (a “campanha por um Estado democrático uno”) e também por apoiantes mais recentes. Já atingiu, entretanto, mais de mil adeptos.

### Que iniciativas tem a ODSI tomado?

Sendo uma iniciativa palestina, temos trabalhado principalmente na Palestina. Temos presença organizada em Gaza e bastantes adesões na Cisjordânia. Temos também alguns apoiantes palestinos e israelitas nos territórios de 1948. Chegamos a mais de um milhão de palestinos por mês, em linha, e contactamos cada pessoa que se inscreve. Convidamo-la a participar no trabalho. Contactamos, ainda, com pessoas e organizações pró-palestinas, apelando a que integrem a solução

do Estado democrático uno no seu discurso.

### Porquê um Estado laico uno em vez da solução de dois Estados? E se os palestinianos optarem por aceitar uma solução de dois Estados?

O termo ‘laico’ é utilizado apenas para salientar a necessidade de despolitizar a identidade para efeitos de cidadania. Defendemos um Estado cuja natureza seja neutra em matéria de identidade e religião. Por outras palavras: um Estado que nem seja judeu nem islâmico. A Autoridade Palestina já anteriormente aceitou a proposta de dois Estados, mas o movimento sionista, em que Israel mergulha as suas raízes, nunca fez tentativas de que os palestinianos tivessem um Estado próprio. O actual governo israelita recusa explicitamente a proposta de dois Estados.

### Até que ponto é realista a solução do Estado laico? E como há-de ele funcionar?

A relação de forças actual não é favorável a uma solução laica. No entanto, a resistência palestina no terreno, os esforços internacionais para isolar Israel e as contradições internas do sionismo

estão a virar os pratos da balança. A nossa missão é dupla: em primeiro lugar, fazer com que a perspectiva do Estado democrático uno volte a fazer parte do discurso de libertação da Palestina e obrigar os israelitas a tomarem partido ou por um Estado democrático ou contra ele; em segundo lugar, organizar os nossos apoiantes.

### O que explica a política dos EUA e da Europa para Israel e os palestinianos?

O capitalismo. Primeiro, porque o motivo do lucro fomenta a colonização, não a libertação. Por exemplo, o CEO da Lockheed Martin (o maior fabricante de armas do mundo) disse que “*não faz sentido restringir acções militares de Israel. Há conflitos que têm de ser resolvidos pelas armas e nós estamos prontos a fornecer essas armas*”. Em segundo lugar, porque a acumulação de riqueza permite aos capitalistas controlarem os meios de comunicação. Por exemplo, 90% dos meios de comunicação franceses estão nas mãos de uns poucos de bilionários. Este controlo não democrático sobre as massas dá asas à propaganda pró-Israel.

● DOCUMENTO



A população à fome em Rafah

**As soluções para a colonização da Palestina e outras guerras a nível mundial podem ser resolvidas por instituições imperialistas como a ONU, o TPI e o TIJ?**

Não. Não nos deixemos enganar: instrumentos internacionais como a ONU, o TPI e o TIJ foram concebidos como instrumentos imperialistas. Por exemplo, o TIJ foi concebido de tal maneira, que ficou proibido de executar as suas resoluções – só a ONU o pode fazer. E a ONU foi concebida de maneira a ficar sujeita ao sistema de veto entre cinco grandes potências (as do seu Conselho de Segurança: os Estados Unidos, a Rússia, a China, a Grã-Bretanha e a França – NdR). Isto significa que esses instrumentos representam, na prática, a vontade dessas cinco potências, não valores de justiça universais.

**Então que impacto terá o processo por genocídio movido pelo governo sul-africano contra Israel no TIJ?**

Embora não vá impedir o genocídio, pode ter impacto: acrescenta mais uma camada de legitimidade ao argumento palestino de que Israel está a cometer

um genocídio deliberado. Dá a conhecer os factos, dando aos espectadores uma imagem mais clara do que está a acontecer. Mostra aos palestinianos que não estão sozinhos. E quando não conseguir travar o genocídio, porá a nu o verdadeiro papel destes instrumentos imperialistas. Por tudo isto, agradecemos à África do Sul!

**Por que razão há menos solidariedade e colaboração entre os povos africano e palestiniano, quando ambos enfrentam uma ofensiva do imperialismo ocidental?**

Não é que haja menos solidariedade ou colaboração, tirando muito poucos países, é que não há desde logo nenhuma ou há mínima, mas isso deve-se a que a grande maioria dos Estados africanos não educa o seu povo sobre os assuntos passados ou actuais do Médio Oriente, e as notícias que o povo recebe são, na melhor das hipóteses, em segunda mão. Isto está relacionado com o facto de muitos países africanos terem chefes e políticos corruptos, que exploram os seus povos para seu próprio proveito pessoal. Além disso, os países “ocidentais”, nomeadamente os Estados Unidos,

podem impor sanções ou suspender a ajuda externa a países que deles dependem, caso eles intervenham. Por estas razões, o caso palestiniano é distante e pode ser visto como irrelevante pela população em geral; também compreendemos que estes países lidam com as suas próprias adversidades, pelo que reconhecemos que não é assim deliberadamente ou por indiferença.

**Que se pode fazer para reforçar a campanha da ODSI no continente africano?**

Estamos a tentar organizar-nos também em África, particularmente no Egipto e na África do Sul, onde temos dezenas de apoiantes. Os africanos podem apoiar a nossa luta de libertação aderindo ao nosso esforço para contactar indivíduos e organizações locais pró-palestinianos e tentar ganhá-los para a perspectiva do Estado democrático uno. Outra maneira de apoiar é aderir a movimentos políticos locais que lutam contra o capitalismo, a politização da identidade e o colonialismo. ●

**Declarações recolhidas no final de Janeiro de 2024 por Ashraf Joona**

## Estados Unidos

# Primeira discussão sobre Trotsky, os trotskistas e a questão negra nos Estados Unidos

Entre as organizações que enviaram delegados à conferência Internacional de Novembro de 2023 contou-se o *Ujima People's Progress Party* (UPP), organização operária negra cuja base está no Estado de Maryland (Estados Unidos). É uma organização que há muitos anos trabalha com os militantes do *Socialist Organizer* (a organização que defende as posições do CORQI nos Estados Unidos).

**T**ERMINADA A conferência internacional, os camaradas do UPP comunicaram aos camaradas do *Socialist Organizer* e do CORQI que desejavam abrir uma discussão sobre as posições de Trotsky e da IVª Internacional, se e em que diferem do combate de Marx, Lenin, etc. Quais as posições de Trotsky e da IVª Internacional acerca da questão nacional, da questão colonial, da questão nacional negra nos Estados Unidos. Os camaradas queriam igualmente, nestas conversas, entrar nas questões da construção do partido revolucionário, designadamente a questão da construção do partido em torno da elaboração, difusão e discussão de um jornal.

Os camaradas do Ujima não esconderam que muitos dos militantes seus filiados, em particular



Faixa do National Black Independent Political Party (Estados Unidos, 1981)

os que foram activos no movimento de libertação negro dos anos setenta e oitenta, tinham uma opinião negativa do “trotskismo”, essencialmente devida aos erros cometidos pela direcção do *Socialist Workers Party* (SWP), ao tentar, no início dos anos oitenta, constituir, à escala nacional, um partido negro independente, o *National Black Independent Political Party* (NBIPP).

Como, durante a discussão, salientou um camarada: “*A geração de militantes que antecedeu a minha veio do National Black Independent Political Party. Muitos deles rejeitaram o trotskismo por causa da experiência que tiveram com o SWP. Não tivemos acesso a textos que rebatessem essa crítica. Não tínhamos documentação nem citações. Não tínhamos maneira nem de nos aproximarmos do trotskismo nem de criticá-lo. Foi assim para a geração anterior; e ainda é assim. Há, pois, um grande vazio.*”

À época, o *Socialist Workers Party* (SWP) já se havia afastado consideravelmente do programa da IVª Internacional. Em 1963, os seus dirigentes aceitaram partici-

par num congresso de reunificação com os pablistas (constituindo o “Secretariado Unificado”, que reivindicou enganosamente ser a IVª Internacional). Foi uma deriva que, nos anos oitenta, acabou por empurrá-lo até à renúncia, em palavras inclusive, a referências expressas ao “trotskismo”, levando à sua transformação numa agência da direcção castrista cubana. Sem embargo, para uma geração inteira de militantes, que, nesses anos setenta e oitenta, procurava o caminho da organização independente dos negros pela sua emancipação nacional e social, em ruptura com a tradicional subordinação dos dirigentes negros ao Partido Democrático, o SWP representava “o trotskismo”. É essa parte da discussão que, com o acordo dos camaradas do Ujima, reproduzimos no presente número d’*A Internacional*.

**N n a m d i L u m u m b a :** Começarei pela primeira questão. Podem-nos explicar a natureza da crítica que Daniel fez dos erros do *Socialist Workers Party* (SWP) e porque é que esses erros não seriam reproduzidos pelos mili-

## ● DISCUSSÃO

>>> tantes do movimento trotskista contemporâneo.

**Daniel Gluckstein:** Esta questão suscita o problema do direito à autodeterminação dos negros nos Estados Unidos. A discussão iniciou-se anos trinta, com o próprio camarada Trotsky. Ele fez sessões especiais de discussão com os militantes trotskistas americanos, nomeadamente em Abril de 1939, para discutir a questão do direito à autodeterminação dos negros. A transcrição destas discussões está publicada e, se o desejarem, transmitimo-vo-la.

A posição de Trotsky era claríssima. Ele dizia que, de maneira geral, os revolucionários são a favor da unidade da classe operária. No entanto, para as nacionalidades oprimidas, o caminho mais curto para atingir a unidade da classe operária pode passar pelo direito à separação. O direito à separação aplica-se aos negros dos Estados Unidos. Muita gente, incluindo dirigentes trotskistas americanos de primeiro plano, opôs-se a este ponto de vista.

Trotsky não concordou com eles. Opinava que, dada a forte opressão dos negros nos Estados Unidos, estes não podiam ter a certeza de que a classe operária, particularmente o movimento operário branco, apoiasse a luta dos negros pela sua libertação.

Por isso, acrescentava Trotsky, se os negros reivindicam o seu direito à auto-organização ou à autodeterminação, inclusive o direito à separação (referia-se, neste ponto, às teses de Marcus Gravey), a classe operária devia, no seu todo, apoiar as suas reivindicações. Trotsky vinca que essa é a melhor maneira de unificar a classe operária.

A questão voltou a suscitar-se no final dos anos setenta e no início dos anos oitenta, quando se lançou o National Black Independent Political Party (NBIPP). Alguns militantes negros do SWP eram membros do NBIPP. Seguindo as instruções da direcção do SWP, esses militantes sabotaram o esforço de con-

strução do NBIPP.

A direcção do NBIPP não era clara sobre todas as questões que se punham ao novo partido. Havia muita gente dentro do partido mais ou menos próxima do Partido Democrático e da burguesia. Mas também havia no NBIPP muitas correntes e tendências que procuravam realmente a via da independência política da classe operária e, em particular, da classe operária negra.

Em vez de apoiar este movimento por uma acção política independente da classe operária negra, a direcção do SWP contribuiu para sabotar o partido, tentando confiscar o capital político e a direcção do partido para os seus próprios interesses partidários como SWP, em vez de apoiar e desenvolver o movimento na base.

Quando abrimos a discussão com Alan Benjamin e outros camaradas que tinham sido membros do Socialist Workers Party no final dos anos oitenta e início dos anos noventa, eu escrevi um artigo que foi publicado na nossa revista acerca das “forças e fraquezas do cannonismo” (do nome do fundador do SWP, James P. Cannon).

Nele expus, designadamente, a incapacidade do SWP em assimilar a questão do apoio ao direito à autodeterminação e à auto-organização dos negros. Foquei igualmente a questão da atitude do SWP para com o NBIPP. Tivemos uma discussão aprofundada sobre estas questões.

Chegámos a uma conclusão comum. Essa conclusão é hoje a posição política da IVª Internacional, a saber: apoiamos o direito dos negros dos Estados Unidos a constituírem a sua própria organização política operária. Consideramos que esse é o caminho mais curto para forjar uma verdadeira unidade, mantendo a plena independência para a direcção auto-proclamada do movimento operário branco.

**Alan Benjamin:** Eu acrescentaria alguns comentários. Quando muitos de nós, no Socialist Work-

ers Party, tentámos colocar questões sobre os moldes da ligação do partido à luta dos negros, disseram-nos que a questão não estava na ordem do dia. Uma das questões que não queriam nada que se discutisse era a do papel que o SWP tinha desempenhado no NBIPP.

As coisas precipitaram-se logo a seguir à convenção de fundação do NBIPP em Filadélfia, em 1981. A convenção, que reunia 1100 delegados negros vindos de todo o país, tinha acabado de aprovar uma resolução muito forte em prol da construção de um partido independente de massas da classe operária negra. Porém, a direcção do NBIPP, que mantinha ligações ao Partido Democrático, recusou-se a imprimir e distribuir as resoluções aprovadas pela convenção do NBIPP, assim como o seu programa de fundação. Os principais responsáveis negros do Partido Democrático tinham pensado com todo o seu peso sobre os dirigentes do NBIPP.

Em vez de travar combate para convencer as instâncias de direcção do NBIPP a publicarem os documentos fundadores, combate que teria de ser conduzido com os militantes, na base, para impor o respeito das resoluções e do programa aprovados, o SWP passou por cima e publicou sob a sua própria insígnia estes documentos fundadores.

Fez, assim, o jogo da direcção pequeno-burguesa do NBIPP, que pôde, deste modo, lançar uma ofensiva em grande contra o SWP e outros marxistas negros, de modo a camuflar a sua própria recusa de imprimir os documentos da convenção e construir o NBIPP. Os dirigentes do NBIPP acusaram o SWP e a sua direcção, maioritariamente branca, de tentar apoderar-se do controle do NBIPP, violando, assim, a vontade dos seus aderentes. Os aliados negros do SWP viraram-se, como é natural, contra o SWP e os seus militantes negros. Não seria, contudo, justo não referir as contradições dentro do SWP. No início dos anos sessenta, o SWP aprovou uma



A. Philip Randolph num congresso do sindicato negro “Fraternidade dos Carregadores dos Vagões-Cama”

declaração muito importante e politicamente correcta, intitulada *Freedom Now!* (Liberdade, Já!). É um documento que tem pautado o nosso trabalho político enquanto *Socialist Organizer* e que reflecte as posições e resoluções da IVª Internacional sobre o assunto ao longo dos anos. O problema político foi, porém, que – como acaba de realçar o camarada Daniel – o SWP nunca levou à prática a orientação do *Freedom Now*.

Portanto, a concluir, é lamentável que nós, *Socialist Organizer* e a IVª Internacional, tenhamos ficado identificados com o SWP, que contribuiu para a sabotagem da luta de libertação dos negros. No entanto, não nos consideramos responsáveis pelo que foi feito em nome do trotskismo. Não fomos nós. Nós opusemo-nos a essa orientação. Não arcamos com a responsabilidade pelo golpe tremendo que o SWP infligiu ao movimento (dos negros – NdR).

Demarcámo-nos publicamente da política celerada do SWP, nos actos como nas palavras, como os camaradas podem comprovar à luz dos nossos seis anos de colaboração política.

**Gus Griffin:** Trotsky tomou posição sobre a organização de carregadores negros fundada por A. Philip Randolph?

**Daniel Gluckstein:** Que eu saiba, não há escritos de Trotsky especificamente sobre a actividade de A. Philip Randolph. No entanto, nos textos dele dedicados à questão negra nos Estados Unidos, Trotsky afirma que, nas situações em que o sindicato tradicional não responde às reivindicações dos trabalhadores negros, ele é a favor de constituir organizações específicas da classe operária negra.

Diz Trotsky que há duas maneiras de proceder. A primeira consiste em apoiar todos os esforços que visem a criação de organizações específicas da classe operária negra. A segunda consiste em lutar dentro dos sindicatos tradicionais contra os dirigentes que se recusam a abrir as portas do sindicato aos trabalhadores negros.

**Alan Benjamin:** Eu diria que a questão de se organizar dentro da Federação Americana do Trabalho (AFL) e das suas estruturas se pôs. Muitos trabalhadores negros disseram: “*Não nos sentimos lá bem-vindos, recusam-nos o direito de nos sentarmos à mesa em pé de igualdade* (com os sindicalizados brancos – NdR)” e vai daí criaram os seus próprios sindicatos negros independentes. Trotsky apoiava esta maneira de fazer. Foi preciso muito tempo para os trabalhadores negros poderem aderir aos sindicatos tradicionais.

Uma coisa que me impressionou quando andava à procura de uma organização e encontrei a IVª Internacional (o Centro Internacional de Reconstrução) e comecei a discutir com o camarada Daniel foi a posição deles sobre a questão dos negros nos Estados Unidos.

Depois de criarmos o *Socialist Organizer*, fomos a Los Angeles encontrar-nos com uma organização, a Black Employees Association (BEA), cujos dirigentes nos explicaram por que razão tiveram de criar um sindicato para os trabalhadores negros. Lembras-te da discussão com os camaradas de Los Angeles, Daniel?

**Daniel Gluckstein:** Sim, lembro-me. Encontrámo-nos com um militante, o “irmão Tuck”, fundador da *Black Employees Association*. A história era interessantíssima. A cidade de Los Angeles tinha sindicatos poderosíssimos, mas eram essencialmente sindicatos de empregados brancos, alguns dos quais eram abertamente racistas. Quando houve trabalhadores negros que pediram à cidade de Los Angeles que lhes desse emprego, defrontaram-se com a oposição do presidente da câmara de Los Angeles e também dos sindicatos, que defendiam unicamente os trabalhadores brancos.

Houve, pois, uma luta dura, tendo os camaradas negros conseguido construir a tal *Black Employees Association* e impor o recrutamento de trabalhadores negros. Não foi, porém, o fim da luta. Como trabalhadores negros, quando começaram os cortes orçamentais na câmara, foram eles os primeiros a serem atingidos pelos despedimentos, segundo o princípio “último recrutado, primeiro despedido”. A luta deles prosseguiu, e conseguiram manter os seus empregos.

A discussão continuou, inter-nando-se por outro aspectos de perguntas de camaradas do Ujima, particularmente a questão das relações entre “trotskismo”, “leninismo” e “marxismo”, bem como as posições de Trotsky e da IVª Internacional em matéria colonial. À saída da primeira sessão de discussão, decidiu-se de comum acordo pôr à disposição dos camaradas do Ujima uma primeira recolha de alguns textos de Trotsky sobre a questão nacional e colonial (na Índia e na África do Sul), bem como os textos de Trotsky sobre a questão negra nos Estados Unidos e as actas das suas discussões com os dirigentes do SWP na segunda metade dos anos trinta, bem como o artigo publicado pela nossa corrente em Abril de 1993, referido na discussão acima mencionada sobre “forças e fraquezas do cannonismo”.

## ● DISCUSSÃO

### China

# “Enquanto houver exploração, o movimento operário não desaparecerá”

Um delegado à conferência internacional do CORQI de 3, 4 e 5 de Novembro de 2023, organizou, na China, uma reunião de trabalhadores para dar conta dos trabalhos.

Apresentada com o título “Partilhar a experiência da conferência de Paris e compreender o espírito da IVª Internacional”, dela foi lavrada uma acta que compila os “pontos altos do debate”.

#### 1. A questão da Palestina

O relator introduziu a reunião, apresentando o debate da reunião de Paris sobre o conflito israelo-palestiniano e recordando a posição da IVª Internacional sobre a questão da Palestina: apoio à instauração de um Estado palestiniano uno, laico e democrático, em oposição às Nações Unidas, que preconizam a solução de dois Estados. A IVª Internacional considera que os palestinianos terão de construir um Estado democrático unido pela via revolucionária, atacando a velha ordem dominada pelos capitalistas, que continua a explorar os trabalhadores. A ONU

propôs a divisão da Palestina em dois Estados com o fito de manter a velha ordem. O debate começou então com uma análise comparativa das questões de Taiwan e da Palestina. De um modo geral, todos se manifestaram a favor da proposta da IVª Internacional sobre a questão da Palestina. O relator partilhou também com os militantes presentes o lema da IVª Internacional sobre a questão palestiniana: “*Judeus e árabes, unidos e juntos numa só nação, pela democracia e pelo laicismo*”.

#### 2. A economia de guerra

O segundo ramo da reunião constou da análise da relação de interesses entre economia de guerra e indústria do armamento. O relator referiu que os orçamentos militares globais tinham aumentado nos últimos oito anos, sendo o dos Estados Unidos o mais elevado. Pediu então aos presentes que reflectissem sobre quem mais beneficiava com o aumento dos orçamentos militares. Todos pensaram no complexo militar-industrial americano. Logo a seguir, referiu-se o

Greve na Adidas, província de Jejiang, 2023



contexto em que os orçamentos militares têm aumentado, como a eliminação de armas antigas e a aquisição de armas novas no âmbito do processo de unificação dos sistemas de armamento da NATO. Há também as guerras, como a do Médio Oriente, que exigem a compra de grandes quantidades de armamento. É por isso que interessa à indústria militar que haja guerras, que criam uma forte procura no mercado. O apresentador referiu que vários países ocidentais são a favor de ataques militares imperialistas contra a China, que o capital coíbe o mercado chinês e que seria a favor de entrar em guerra com a China. A IVª Internacional opõe-se à guerra seja em que moldes for, exprimindo claramente a sua posição de continuar a apoiar incondicionalmente a China em caso de guerra, empenhando-se no derrotismo no Ocidente e denunciando a guerra. Os participantes deram também voz unânime à sua firme oposição a todas as formas de guerra.

### 3. Progresso e “inteligência artificial” (IA)

Na terceira parte da reunião, o relator focou a relação entre IA e força de trabalho, referindo que a conferência tinha apresentado previsões de a IA poder vir a importar na destruição de 300 milhões de empregos no futuro, à medida que a tecnologia se fosse desenvolvendo. O relator deu, ainda, conta da atitude da IVª Internacional quanto à IA: a IVª Internacional não é contra o progresso tecnológico, mas sim contra a utilização da tecnologia pelo capital para efectuar despedimentos em massa. De seguida, o apresentador pediu a todos que tomassem a palavra sobre o que pensavam da IA sob os pontos de vista do Estado, das empresas e dos trabalhadores e como pensavam que ela viesse a afectar a força de trabalho. Os participantes afirmaram que a preocupação da IVª Internacional com o uso da tecnologia pelo capital para efectuar despedimentos em massa não era despropositada e que, estando cientes de que o desenvolvimento tecnológico era irresistível, era necessário estarmos atentos ao uso da tecnologia pelo capital para explorar os trabalhadores de todas as formas possíveis, não apenas pelos despedimentos.

### 4. A direcção do movimento sindical

Na quarta parte da reunião, o relator salientou a situação desoladora, de desintegração do movimento operário, referindo que os sindicatos existentes não podiam dirigir o movimento operário, que não representavam os interesses dos trabalhadores, pois não prestavam atenção a questões de interesse imediato para os trabalhadores, como os salários e o tempo de trabalho, a segurança social, etc. O relator pediu ao grupo para reflectir nas seguintes questões: uma vez que os sindicatos já não conseguem representar e dirigir os trabalhadores, quem há-de dirigir

o movimento operário? Ainda haverá futuro para o movimento operário? O grupo debateu então o movimento dos trabalhadores da Foxconn na China e a reforma das pensões em França. Acabámos por concordar todos que, enquanto existir exploração, o movimento operário não desaparecerá. A força do movimento operário vem do espírito de resistência dos trabalhadores contra a própria exploração, e o movimento operário deve ser dirigido pelos próprios trabalhadores.

No final da reunião, o relator partilhou a iniciativa da conferência de Paris de reconstituir a IVª Internacional, reconstruir o partido mundial da revolução socialista. A IVª Internacional une todas as forças que é possível unir; tem o compromisso de derrotismo de guerra em França e de combater os que cantam loas à guerra, com a palavra de ordem: “Nem Biden, nem Macron, nem Putin!”; apoia a resistência activa da China aos Estados Unidos, que a assediam; milita, ainda, activamente pela união das mulheres trabalhadoras, que sofrem uma dupla opressão; e, finalmente, quer unir os jovens à luta. ●



## ● DOSSIÊ

**Há trinta anos: genocídio no Ruanda****A criminoso responsabilidade do imperialismo e a luta por partidos operários e camponeses na África dos Grandes Lagos hoje**

Entrevista com Paul Nkunzimana, membro do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional.

**O mês de abril de 2024 assinala um triste aniversário: o do genocídio no Ruanda. Podes resumir os factos para os nossos leitores?**

O tiro de partida do genocídio anti-tutsi de 1994 no Ruanda, que causou a morte de um milhão de homens, mulheres, crianças, jovens e idosos, ter-se-á dado no atentado contra o presidente do Ruanda, Juvénal Habyarimana, em 6 de Abril de 1994. O avião, em que se fizera “acompanhar” pelo presidente do Burundi, Cyprien Ntaryamira, e dois ministros deste último, foi abatido sobre Kigali quando regressava de Dar es Salaam, onde ele acabara de participar numa reunião internacional sob os auspícios das Nações Unidas. O tema da reunião era a constituição de um governo de unidade nacional, nos termos dos últimos Acordos de Arusha, na Tanzânia, depois da campanha lançada pela Frente Patriótica Ruandesa (FPR-*Inkotanyi*, os Invencíveis, em língua ruandesa) a partir do Uganda, em 1 de Outubro de 1990, conquistando vastas zonas do país. De facto, o genocídio de 1994 foi o culminar de matanças e massacres anti-tutsi perpetrados por organizações pequenoburguesas hutu instrumentalizadas pelo imperialismo internacional desde o final da década de 1950.



Tais matanças foram aumentando à medida que a FPR progredia no terreno, especialmente em 1993, e culminaram no “genocídio do fim do século XX”, citando os comentadores da imprensa ocidental, um genocídio cometido entre 7 de Abril e 17 de Julho de 1994. Este genocídio causou só por si um milhão de mortos entre tutsis e hutus “moderados”, isto é, os “traidores” que não aderiram às teses tributárias do imperativo da eliminação física dos tutsis.

Os genocidas dispunham de recursos impressionantes, a começar pelo próprio aparelho de Estado, a administração (prefeitos, presidentes de câmara), o exército e a gendarmeria. O partido presidencial, o Movimento Revolucionário Nacional para o Desenvolvimento (MRND), criou a sua organização de jovens, a *Interahamwe* (combatentes unidos), que muito rapidamente se transmutou em milícia, havendo, ainda, a milícia *Impuzamigambi* (os em-

*penhados no mesmo objectivo*), ligada ao partido Coligação para a Defesa da República (CDR), com o MRND, o Partido Ecológico (PECO), o Partido Republicano do Ruanda (PARERWA) e o Partido Democrático Ruandês (PADER) à Aliança para o Reforço da Democracia (ARD). O dispositivo criado demonstra à saciedade que o genocídio estava preparado há muito tempo. Por exemplo, a Radio-télévision des Mille Collines (RTL), que levava a cabo uma campanha mediática de estigmatização dos “invasores” tutsis e era financiada pelo riquíssimo Félicien Kabuga, começou a emitir em Julho de 1993. Receptores de rádio e catenas foram distribuídos gratuitamente à população. Do lado dos meios de comunicação, merece ainda menção, como segundo porta-voz do chamado *Hutu Power* (poder exclusivo dos hutus), a revista *Kangura* (Despertar), que publicou os dez mandamentos dos *bahutu*, apelando ao extermínio dos tutsis.

## Na altura, os governos imperialistas ocidentais afirmavam que era uma “guerra étnica”. Qual era a realidade?

É verdade que o imperialismo e a sua imprensa afirmaram que estes sangrentos sucessos se deveriam a “ódios étnicos ancestrais” entre hutus e tutsis. A verdade é que as populações do Ruanda sempre viveram pacificamente nas suas colinas antes da penetração das relações mercantis nesta sub-região na sequência da Conferência de Berlim (1884-1885), que formalizou a divisão de África entre as potências coloniais. O Ruanda e o Burundi, colónias alemãs desde essa conferência até ao fim da Primeira Guerra Imperialista, passaram assim a estar sujeitos ao capitalismo já na fase de decomposição deste. A população pertence à mesma unidade etnolinguística, partilha as mesmas práticas produtivas e está sujeita à mesma autoridade do rei, num modo de produção nobiliárquico. Este modo de produção compreende os proprietários de meios de produção, os tutsis, e os produtores, os hutus. Porém, no ponto de vista ideológico, as representações ligadas a esta estrutura social estão presentes nas duas classes fundamentais da sociedade. Os pensadores da burguesia imperialista, sociólogos, antropólogos, historiadores... viram nelas, contudo, grupos étnicos, tribos diferentes. Como estas noções não resistiam à realidade, foi preciso inventar a ideia de que os hutus eram agricultores e os tutsis criadores, nomeadamente de vacas. O facto de haver hutus que possuem vacas e tutsis que também são agricultores, conforme a racionalidade económica exigia, vem, todavia, perturbar mais uma vez estes ideólogos.

Frente a tal impasse, os nossos especialistas recorreram então à teoria das raças e das migrações. Assim, as populações distinguiram-se por “tipos” físicos e morfológicos (altura, forma do nariz, etc.)! No mais, existindo na sub-região Estados, quando os colo-

nizadores lá chegaram, estes Estados só podiam, segundo estes ideólogos, emanar dos tutsis, de “*tipo etíope*” ou de “*européus de pele negra*”! Incomoda-os ainda mais que os tutsis, “por alguma razão desconhecida”, falem kinyarwanda! No Ruanda, como no Burundi, os grupos étnicos são uma criação do imperialismo, baseada em categorias sócio-económicas pré-coloniais, cuja estrutura aquele desfez de modo a instrumentalizar os seus agentes pequeno-burgueses para salvaguardar as suas posições e interesses, hoje mais ainda do que no passado. Os governos imperialistas precisam, deste modo, de dissimular o seu papel e os seus desígnios nas guerras que dilaceram os países que dominam, em África, na Ásia, etc. Na região, os genocídios são a expressão da crise do imperialismo, questão cuja solução reside na exigência da expropriação do capital, que encarna a barbárie assassina nas guerras de decomposição e guerras imperialistas em todo o planeta, subordinadas ao objetivo único do lucro capitalista.

### Que responsabilidade têm esses governos no genocídio, nomeadamente o governo de Mitterrand em França? E que responsabilidade tiveram as Nações Unidas?

Sem entrar em demasiados pormenores, mas sem risco de erro, pode-se dizer que os governos imperialistas ocidentais arcam com uma pesada responsabilidade no genocídio de 1994 no Ruanda.

O governo francês, sob a presidência do “socialista” François Mitterrand, formou, reorganizou e equipou as FAR de 1990 a 1993. No âmbito destes



Mitterrand e Habyarimana, Kigali, 1994

acordos, o Presidente Habyarimana solicitou à França que se opusesse à ofensiva da FPR. Lançou-se então a operação francesa *Noroît*, com o objectivo oficial de proteger os cidadãos ocidentais e, também, assegurar a coordenação com o exército belga no terreno. A operação *Amaryllis* é, por sua vez, organizada em Abril de 1994, logo que principia o genocídio, para evacuar “cidadãos franceses e estrangeiros”. O Governo francês esteve sempre informado do desenrolar dos acontecimentos no Ruanda. Já em 1993 os relatórios da Direcção-Geral da Segurança Externa (DGSE) informavam regularmente o Palácio do Eliseu dos actos de limpeza étnica e de genocídio contra os tutsis perpetrados pelas milícias e pelas FAR. Ante a derrota militar destas últimas contra a FPR, a França organiza a Operação *Turquoise*, em 22 de Junho de 1994, com autorização do Conselho de Segurança da ONU (resolução 929), dando François Mitterrand pessoalmente instruções para extrair as forças genocidas para o Zaire, utilizando a Área de Segurança Humanitária (ASH) arranjada pela Legião Estrangeira Francesa. Percebe-se, assim, facilmente a responsabilidade da França no genocídio do Ruanda, cometido, também, na presença da Missão de Assistência das Nações Unidas para o Ruanda (UNAMIR), tropas da ONU. Durante o genocídio, o general canadiano Roméo Dallaire, comandante desta força, recebeu ordens formais do Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO) para se abster de intervenção armada para impedir os massacres e o genocídio, apesar do assassinato de dez *capacetes azuis* belgas. Todos os “grandes” deste mundo estavam cientes do genocídio que estava a ocorrer no Ruanda; o antigo Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, na altura secretário-geral adjunto responsável pelas operações de manutenção da paz, expressou mais tarde o seu pesar por não ter evitado o genocídio. Bill Clinton, na altura Presidente

>>>

## ● DOSSIÊ

&gt;&gt;&gt;

dos Estados Unidos, fará o mesmo ao passar pelo aeroporto de Kigali a caminho de Arusha (Tanzânia) para assinar o Acordo de Paz e Reconciliação no Burundi, em 28 de Agosto de 2000, pedindo perdão ao povo ruandês!

**Dizes que este massacre se enquadra nos mais de trinta anos de guerra na região dos Grandes Lagos, massacres que continuam ainda hoje na RDC; porquê?**

Efectivamente, este genocídio é um elo de uma cadeia de repetidos massacres, desde o final da década de 1950, nestes países.

Existe um risco real de alastramento da guerra a toda a sub-região; a causa são as suas imensas riquezas, que continuam a ser pilhadas pelas multinacionais americanas, canadianas, britânicas e belgas, hoje à força do ditame de privatização e de pagamento da dívida externa emitido pelo Banco Mundial, pelo FMI e pela União Europeia. Todos os grupos armados, mercenários e exércitos estrangeiros, incluindo os da SADC, trabalham por conta destas multinacionais. É também um facto que o Uganda, o Burundi e o Ruanda, para além dos seus diversos recursos naturais, passaram a ser importantes centros de trânsito para a exportação de minerais, incluindo minerais das alta tecnologias, provenientes do Zaire-RDC. É por esta razão que a sub-região é palco de intermináveis matanças em massa e genocídios.

**Apesar das condições de barbárie impostas pelo imperialismo na região, os militantes da IV<sup>a</sup>**

**Internacional estão-se a organizar e a intervir no Burundi, e militantes operários e camponeses da RDC estão em discussão com a IV<sup>a</sup> Internacional. Podes-nos dar uma panorâmica dos problemas e questões em debate nos últimos meses?**

É nestas condições extrema-

mente difíceis de subordinação da região ao imperialismo e de negação das liberdades democráticas que militantes da IV<sup>a</sup> Internacional organizados na Liga dos Comunistas Internacionais (LCI), intervêm na luta de classes pela reconstrução da IV<sup>a</sup> Internacional; estão construindo uma representação política independente da classe operária nos moldes transitórios do Partido dos Trabalhadores e da Democracia, PTD-*Twunguruni* (*cerremos fileiras*); publicam um boletim mensal, a *Tribune libre des travailleurs*. O contexto é o de um país exangue e de uma crise financeira sem precedentes do Estado, a que a classe operária e o campesinato pagam um pesado tributo, crise provocada pela privatização do sector do café a mando do imperialismo e das suas instituições. O sector rendia ao Estado anualmente entre 80 e 90% das receitas de exportação. O governo fingiu renacionalizar o sector em palavras, mas ele mantém-se nas mãos das multinacionais, mergulhando a população numa miséria nunca antes conhecida. Com o fito de tecer a aliança operária e camponesa, os militantes do LCI criaram o *Cercle de réflexion sur la culture du café au Burundi* (CERCABU) para mobilizar o campesinato em torno das suas reivindicações de ruptura com o imperialismo através da renacionalização efectiva do sector do café, da distribuição gratuita de adubos, do enquadramento gratuito da agricultura, do aumento do preço ao produtor e da criação de um fundo de estabilização do preço do café.

A discussão com os nossos amigos da RDC tem como fulcro a questão comunitária e étnica, que vem a ser o recurso do imperialismo e dos seus agentes governamentais locais, o próprio regime e os grupos armados que pululam no país. Os primeiros resultados do debate indicam a necessidade urgente de construir a unidade do povo congolês para se livrar do imperialismo e conquistar a soberania e o controle do

povo trabalhador sobre as riquezas do país. Melhor o resume este extracto da mensagem que um dos representantes do grupo enviou à Conferência Internacional pela Reconstituição da IV<sup>a</sup> Internacional, pelo Partido Mundial da Revolução Socialista, que decorreu nos dias 3, 4 e 5 de Novembro de 2023 em Paris: “*Camaradas, consideramos, no nosso grupo na RDC, necessário construir a unidade nacional neste país, sendo sua condição a independência da classe operária e das suas organizações para expulsar o imperialismo, as suas multinacionais e as suas tropas, para a Assembleia Constituinte soberana, para que os trabalhadores exerçam o controlo sobre as riquezas do país no interesse das massas trabalhadoras e da juventude e em cooperação fraterna com os povos da região, do continente e do mundo inteiro.*”

Em conformidade, os nossos amigos lutam pela criação de comités do Partido Democrático Independente dos Trabalhadores e Camponeses (PDITP), em que estão presentes todas as componentes étnicas existentes, como é o caso em Uvira (no Kivu Sul). Na mesma mensagem, RM manifestou o desejo do seu “grupo” de “*se juntar à luta pela Internacional Operária para unir a classe operária internacional contra os capitalistas e os seus apoiantes*”. Convém igualmente referir que os nossos amigos recebem regularmente a revista *A Internacional*, tendo-lhe nós proposto, e eles aceitado, seguir, a curto prazo, um ciclo de formação marxista em linha que reúna militantes operários e camponeses do Leste do país, identificados nas províncias de Ituri, Kivu Norte, Kivu Sul, Tanganica e Alto Catanga. ●

**12 de fevereiro de 2024**

### Pontos de referência da história do Ruanda...

Em 1957, as organizações pequeno-burguesas hutu do Ruanda, instrumentalizadas pelo imperia-

lismo internacional, elaboraram o *Manifesto dos Bahutu* (população hutu), a incitar à matança dos tutsi que, a partir de 1959, são assassinados em massa e têm as suas casas incendiadas. Dá-se a primeira vaga de fugas de tutsi para os países vizinhos do Ruanda, o Burundi, o Congo-Kinshasa e o Uganda.

Após a independência política formal do Ruanda, em 1962, todas as tentativas de regresso dos refugiados tutsi ao seu país foram frustradas pelo regime de Grégoire Kayibanda. Este superintende, entretanto, no massacre de mais de 10.000 tutsi que tinham permanecido no país, em 1963. Em 1972, na esteira de 1959, organizações de índole similar do Burundi levaram a cabo matanças de civis tutsi de natureza genocida, nas regiões do Sul do país (Makamba, Rumonge, Bururi) e em Bujumbura e arredores, o que redonda numa repressão maciça das populações hutu, igualmente genocida, pelo governo Micobero, em todo o país. Estes acontecimentos darão o mote para as matanças em massa de tutsi nos estabelecimentos de ensino do Ruanda. Nesse contexto se dá o golpe militar de Juvénal Habyarimana, em 5 de Julho de 1973. Durante a presidência de Habyarimana, as populações tutsi nunca puderam estar descansadas: reforçam-se as quotas administrativas e escolares, limitando drasticamente o seu acesso à educação e aos serviços públicos e, acima de tudo, elas são alvo de um genocídio larvar. No rescaldo do dia 1 de Outubro de 1990, marcado pela entrada da FPR no país, os tutsi serão alvo de novos massacres, merecendo aqui menção os levados a cabo contra os bagowe, em 1991.

### ...do Burundi...

No Burundi, os massacres em massa iniciaram-se com as matanças de tutsi na província de Muramvya, em 1965. Em 1972, dão-se matanças tanto de tutsi como de hutu, iniciadas por grupos hutu. O mesmo cenário repete-se em 1988 nas províncias de Ngozi e

Kirundo. Em 1993, a direcção da Frente pela Democracia no Burundi, partido proclamado vencedor das eleições, fez com que as massas pagassem pelo assassinato do Presidente Melchior Ndadaye e de alguns dos seus colaboradores. Entre 1993 e 2007, as Forças de Defesa da Democracia (FDD) e o Partido de Libertação do Povo Hutu-Forças de Libertação Nacionais levam a cabo esporadicamente execuções em massa de cidadãos tutsi, em todo o país, até chegarem ao poder. As matanças em massa recomeçam em Abril-Maio de 2015, levadas a cabo pelo regime do CNDD-FDD e atingindo indiscriminadamente hutu e tutsi durante as manifestações contra o terceiro mandato do Presidente Pierre Nkurunziza. O regime volta a reprimir em Dezembro do mesmo ano, visando jovens tutsi de bairros de Bujumbura e de localidades do interior do país, acusados de estarem conluiados com golpistas ou de terem atacado quartéis militares.

### Estados “independentes” sob a tutela do imperialismo belga e depois francês

Após a Primeira Guerra Imperialista, o Ruanda e o Burundi são postos sob tutela belga pela Sociedade das Nações (SdN), precursora da ONU. Enquanto potência tutelar, a Bélgica preparou o terreno para os vários genocídios nas suas colónias da região dos Grandes Lagos em África. As guerras que abalam esta região desenvolveram-se sem interrupção e afectaram sempre os três países: Congo-Zaire-RDC, Burundi e Ruanda. A partir dos anos 60, as relações inter-imperialistas mudam, para o Ruanda, a favor do imperialismo francês, o que se concretiza com a realização pelo Presidente francês, Valéry Giscard d'Estaing, da 6ª Cimeira França-África em Kigali, a 21 e 22 de Maio de 1979. Já em Julho de 1975 tinha sido assinado um primeiro acordo de cooperação militar entre a França e o Ruanda, completado por uma adenda, em Agosto de 1992, enquanto se iam intensificando os confrontos entre as Forças Armadas Ruandesas (FAR) e as FPR, bem como os preparativos para o genocídio.

### ... e da RDC

A RDC é palco de várias guerras, que dizimam as populações civis. A rebelião de Moisés Tshombé, no Catanga, no início dos anos 60, apoiada pela Bélgica, a rebelião “marxista-leninista” de Pierre Mulele, apoiada por Cuba, o motim dos antigos gendarmes no Catanga e a insurreição no Kivu e no Alto Zaire. Mais tarde, eclodirão outras guerras, nomeadamente no Shaba, com a Frente Nacional de Libertação do Congo (FNL), em 1977, e, em 1984 e 1985, ataques do *Parti de la révolution du peuple* (PRP) na província de Tanganica. No contexto do genocídio ruandês de 1994 e da operação *Turquoise*, a instalação dos ex-FAR, alguns dos quais formaram as Forças Democráticas de Libertação do Ruanda (FDLR), na RDC permitiu às FDLR efectuar mais massacres de tutsi no Zaire-RDC e incursões no Ruanda. A guerra de 1996-1997 leva ao poder a Aliança das Forças Democráticas de Libertação do Congo (AFDL) de Laurent-Désiré Kabila, apoiada pelos Estados Unidos através das tropas do Ruanda e do Uganda, causando, com a guerra de 1998-2003, quase 6 milhões de mortos.

A guerra na RDC prossegue ainda hoje, envolvendo mais de 130 grupos armados no Leste, a MONUSCO (ONU), os *Wazalendo* (patriotas), incluindo os Mai Mai e as FDLR, que lutam ao lado das FARDC, da CODECO, do M23, da ADF e da RED-TABARA... Para o Presidente congolês Félix Tshisekedi, a paz está condicionada à erradicação do M23, constituído por tutsi congolezes e que se diz ser apoiado militarmente pelo Ruanda, o que é desmentido pelo Presidente Kagame. Kinshasa declarou-lhe guerra, fazendo intervir tropas da Comunidade para o Desenvolvimento da África Meridional (SADC), uma vez consideradas ineficazes as da Comunidade da África Oriental (EAC). Ao abrigo de um acordo secreto com o Burundi, que fechou as suas fronteiras terrestres com o Ruanda, o exército do Burundi combate como parte das FARDC! ●

## ● ANÁLISE

## México

## O desenvolvimento do crime organizado, sintoma da decomposição imperialista

Extractos de um relatório sobre o crime organizado apresentado ao IVº Congresso da Liga Comunista Internacionalista (secção mexicana do CORQI)

Por Juan Carlos Vargas

**C**OMO ORGANIZAÇÃO revolucionária, temos de tomar posição sobre o problema do crime organizado a partir de uma posição de classe, explicando aos trabalhadores o que está por detrás dele, as suas manifestações económicas, políticas e culturais.

Sem pretender fazer juízos éticos ou morais, apresentamos elementos para analisar a função do crime organizado e do tráfico de droga na manutenção do sistema capitalista.

Partimos do princípio de que :

- a acção do crime organizado, materializada no desaparecimento de centenas de milhares de pessoas, especialmente mulheres e jovens, na escravatura branca, na venda de drogas, no tráfico de armas e nos confrontos armados, é uma ameaça ao proletariado e à sua luta revolucionária.

- a sua actividade é mais uma manifestação da destruição das forças produtivas causada pelo imperialismo senil.

- os seus negócios são actividades capitalistas fora do quadro legal dos Estados-nação, o que lhes permite gerar uma taxa de lucro superior à dos sectores produtivos legais e uma extracção quase ilimitada de mais-valia num mercado de trabalho desregulado.

- a sua acção facilita a acumu-



Estado de Tamaulipas, Abril de 2023

lação através da expropriação da terra e dos recursos naturais.

Em 2018, estudos<sup>(1)</sup> indicaram que a indústria criminosa gera receitas brutas estimadas em 33.165 milhões de dólares por ano. As principais receitas provêm da venda de heroína, cocaína, metanfetamina e fentanil; este valor não inclui outras práticas, como o rapto, a extorsão, o tráfico de migrantes, o tráfico de seres humanos, o contrabando de droga, o tráfico de gasolina e de minerais como o lítio e o bário.

Estes lucros são “branqueados” e acabam nos paraísos fiscais, alimentando a especulação, tornados num pilar do capital financeiro.

A violência e os confrontos, bem como a *guerra à droga*, favorecem o comércio internacional de armas e, com ele, o comércio da guerra, outro pilar do capitalismo contemporâneo.

Em Setembro último, Alicia Bárcenas denunciou na ONU estimar-se o tráfico ilegal de armas em 200 mil armas por ano, provenientes, principalmente, dos Estados Unidos.

A guerra contra a droga pro-

duziu um aumento exponencial das despesas militares e a militarização do país. O orçamento do Ministério da Defesa passou de 4,33 mil milhões de dólares em 2008 para 15 mil milhões de dólares em 2024. Em 2024, o México será o segundo país da América Latina em termos de despesas militares.

Em regiões inteiras, o crime organizado detém o poder e a sua acção serve para aumentar a exploração e o controlo contra-revolucionário. A decomposição produzida pelo crime organizado manifesta-se diariamente na prostituição forçada, na pirataria, na chantagem a empresas, na venda de drogas, no tráfico de armas, nos confrontos, nos raptos, etc.

No campo, exigem-se aos camponeses propinas de “protecção”; estima-se que, em 2011, mais de 600 000 jornaleiros trabalhassem clandestinamente para os narcotraficantes<sup>(2)</sup> (ao que acresceriam outros milhares, obrigados a trabalhar em regime de semi-escravatura).

A criminalidade organizada arrenda terras aos agricultores sem intenção de as utilizar para a produção, são utilizadas para bran-

quear dinheiro, especular, instalar laboratórios ou fazer “desaparecer” pessoas (execuções e valas clandestinas). Esta tendência está induzindo o desenvolvimento de uma nova concentração da propriedade da terra, como na Colômbia.

Outra tendência é a “deslocação forçada”: nos últimos anos, as organizações criminosas têm usado de violência para forçar comunidades inteiras a abandonar as suas casas. O objectivo é “limpar a zona” para actividades como a exploração madeireira e mineira ilegais.

Nas cidades, exerce-se o controle pela cobrança do “*pisos*”<sup>(3)</sup> às empresas, abrangendo do mais humilde pequeno comércio às maiores cadeias multinacionais. Acresce a vigilância constante exercida por grupos conhecidos como “falcões”, que informam as estruturas criminosas de tudo o que acontece no “seu território”.

A utilização de crianças é outro aspecto deste fenómeno: de acordo com investigações jornalísticas, crianças de apenas 7 anos trabalham como “falcões”, mensageiros, embalam a droga e participam em confrontos armados; estima-se que, em 2023, entre 35 mil e 460 mil menores tenham sido recrutados pelos traficantes de droga<sup>(4)</sup>.

Completam o rol outras actividades do crime organizado, como o tráfico de mulheres brancas, a venda de órgãos e o tráfico de migrantes.

## México: um narco-Estado

O crime organizado é um obstáculo à organização da população. Em todo o país, os bandos armados da droga controlam vastas áreas territoriais onde impõem a sua lei em cumplicidade com políticos e funcionários públicos.

O Estado mexicano, enquanto Estado capitalista, não tem nem meios nem intenção de acabar com o crime organizado, porquanto estes negócios representam uma forma de acumulação de capital.

Em muitos aspectos, o tráfico de droga tem as características de

um modelo económico neocolonial de agro-exportação: na aparência, os barões da droga são os donos do negócio; na realidade, não passam de intermediários do imperialismo.

Como noutras fases da história, esta oligarquia organiza a repressão através de bandos armados<sup>(6)</sup> que garantem a produção e o tráfico; quem, porém, tira o maior proveito são os investidores da metrópole imperialista.

Os chefes do crime organizado estão intimamente ligados à vida política. Não é segredo para ninguém que eles financiam as campanhas eleitorais, colocando pessoas de confiança em lugares-chave.

A polícia local permite que os cartéis actuem, quer por corrupção, quer porque simplesmente não tem capacidade operacional para enfrentá-los.

Ao nível das agências federais, todas as novas organizações ou forças policiais criadas nas últimas décadas desapareceram em escândalos de corrupção e conluio com o crime.

As inculpações criminais de Salvador Cienfuegos e Gerardo García Luna, antigos Secretários da Defesa Nacional e da Segurança Nacional, respectivamente, demonstraram a colaboração de altos funcionários com os cartéis da droga, bem como a utilização de infra-estruturas estatais para o tráfico (alfândegas, portos, aeroportos, acesso a informações dos serviços secretos).

Esses mesmos funcionários colaboraram com as agências governamentais dos EUA na chamada “guerra à droga”, permitindo operações clandestinas como a “Fast and Furious”, que trouxe milhares de armas e munições que acabaram nas mãos dos cartéis.

A “guerra à droga” é o nome genérico da política de ingerência (também militar) imposta pelo imperialismo norte-americano e aceite pelos sucessivos governos. Contrariamente ao que o nome possa fazer crer, o seu objectivo não é desmantelar a economia da droga, mas sim controlá-la em

benefício do imperialismo americano. A sua execução articula-se com a integração comercial da América do Norte, a assinatura de acordos de comércio livre e as privatizações.

Tal como no caso do Plano Colômbia, o governo assinou acordos de colaboração com os Estados Unidos, como a Parceria para a Segurança e a Prosperidade da América do Norte (PSP), ao abrigo da qual recebeu apoio logístico e militar em troca de aceitar a perda de soberania em matéria de de segurança nacional.

## A militarização continuou com o governo de Obrador

O Presidente López Obrador prometeu acabar com a “guerra à droga” e desmantelar a Gendarmaria criada por Peña Nieto. Falou em levar a cabo uma política de “abraço em vez de bala”, de reconciliação nacional e de combater as bases materiais que geram a violência e o recrutamento da população pelo crime organizado; mas manteve a tendência para a militarização.

É verdade que Obrador levou a efeito programas sociais com o objectivo de combater a pobreza nas zonas mais marginalizadas e mais afectadas pelo crime organizado. Porém, ao fim de cinco anos, estas medidas não alteraram a situação. O tráfico de fentanil e de outras drogas, os confrontos violentos, com mortos e desaparecidos, têm aumentado durante este mandato de seis anos.

O Presidente mantém a “guerra à droga”, mas tirou-lhe o nome. Criou a Guarda Nacional, com mais de 100.000 soldados, e aumentou o orçamento das forças armadas, em sintonia com o que se passa em todo o mundo.

As forças armadas passaram a controlar os portos, os aeroportos, as alfândegas, o comboio Maya, as companhias aéreas, as agências de turismo, as vendas e o desenvolvimento das zonas comerciais e residenciais. O exército torna-se, assim, um actor económico impor-

## ● ANÁLISE

&gt;&gt;&gt;

tante.

O aumento das forças armadas é justificado com o pretexto da luta contra o crime organizado: as câmaras de comércio incentivam a militarização das cidades mais importantes do país, e os governos locais pedem diariamente ao exército e à Guarda Nacional que participem em tarefas que cabem à polícia civil.

Há até movimentos sociais, direcções sindicais, direcções camponesas e do pequeno comércio que pedem o reforço da presença do exército, da marinha, e da Guarda Nacional.

### Tráfico de droga lucrativo e narcocultura

O crime organizado desenvolve actividades destinadas a conquistar o apoio da população local.

As empresas que servem para “branquear dinheiro” têm um efeito aparentemente positivo na vida quotidiana dos trabalhadores, como as cadeias de mercearias que oferecem produtos do cabaz alimentar básico a preços inferiores ao preço comercial<sup>(6)</sup>, do arrendamento de terrenos a pessoas idosas sem capacidade de produção, dos empréstimos a taxas baixas (embora condicionados<sup>(7)</sup> ao apoio ao grupo criminoso).

Realizam igualmente actividades comunitárias: distribuição de alimentos e de material escolar, distribuição de dinheiro, apoio a viagens escolares, renovação de escolas e parques, construção de igrejas, etc. Estas actividades representam uma fracção ínfima dos seus réditos, mas têm um impacto grande nas comunidades mais pobres.

Além disso, têm intervindo mais eficaz e rapidamente do que o governo no socorro a populações de zonas remotas confrontadas com catástrofes naturais.

Em regiões como o Noroeste do país, é do conhecimento geral que há músicos e artistas “apadrinhados” por um ou outro barão da droga, que lhes pede para executarem “corridos”<sup>(8)</sup> a exaltá-los, glorificando as acções dos grupos

criminosos, fazendo a apologia da violência e expondo o seu estilo de vida “luxuoso”.

Esta narcocultura, dirigida principalmente aos jovens, e os “narcocorridos”, como, em geral, todos os mitos sobre os “narcos”: têm uma função política e social, fazendo do crime organizado uma profissão a que se pode aspirar.

### O crime organizado, jagunços da burguesia

No campo sindical, é comum as grandes empresas recorrerem a bandos armados para reprimir e impedir a sindicalização; há relatos de envolvimento de dirigentes sindicais no crime organizado. Um caso emblemático foi o da implicação de dirigentes sindicais do sector petrolífero na actividade de extracção clandestina de hidrocarbonetos, conhecida como “huachicol”.

É cada vez mais comum ficar-se a saber que o crime organizado está envolvido na repressão, desaparecimento ou morte de activistas sociais.

Só entre 2019 e 2020, foram assassinados<sup>(9)</sup> 45 activistas da terra, na maioria dos casos com envolvimento de cartéis.

Em 2023, Higinio Trinidad De la Cruz, que lutava há anos contra as concessões mineiras e a exploração madeireira nas montanhas de Jalisco, foi assassinado. Militantes da região denunciam que “o aumento da criminalidade coincide com os constantes protestos das comunidades contra a exploração mineira, tanto legal como ilegal”. “O crime organizado vem para reprimir e destruir qualquer veleidade de resistência na região”, afirma Eduardo Mosqueda, advogado da organização Tsikini, que presta apoio jurídico à comunidade. “Cada vez que organizam uma reunião, o cartel de Jalisco intervém a tentar dispersá-la”<sup>(10)</sup>.

As comunidades zapatistas de Chiapas têm denunciado que pretendas “organizações sociais” financiadas pelos cartéis “Jalisco Nueva Generación” e “Sinaloa” actuam no sentido de deslocar as

comunidades e manter uma guerra permanente contra elas.

Os activistas da LCI em Chiapas têm-nos relatado confrontos entre os cartéis que disputam “zonas”, originando cenários de violência sem precedentes. Os narcotraficantes controlam o transporte de mercadorias, o acesso à Internet, à água e à eletricidade.

As comunicações são interrompidas durante semanas devido a barragens rodoviárias organizadas pelos cartéis. Eles exigem provas de identidade, pela apresentação de documentos. Tem havido casos em que pedem para verificar telemóveis e objectos pessoais... Tem havido confrontos armados nas terras altas, com dezenas de mortos, que o governo esconde.

Em Chiapas, o movimento popular sempre foi muito forte e bem organizado, tendo como espinha dorsal os professores agrupados na CNTE. Mas, nos últimos meses, a situação alterou-se com a chegada maciça dos cartéis... Os cartéis chegam armados às assembleias populares para impor o seu calendário e a sua ordem de trabalhos... Exigem ser informados com antecedência das reuniões sindicais e da sua ordem de trabalhos.

No caso particular da fronteira sul, as organizações de camponeses, colonos e cooperativas têm sido dissolvidas pelo crime organizado e forçadas a fundir-se com organizações sob o seu controlo. Este braço político do narcotráfico actua para inibir a organização independente. Alguns jornalistas da região têm denunciado que o “Maíz”<sup>(11)</sup> se erigiu numa espécie de governo “de facto”, controlando todas as actividades económicas, pelo que os danos que têm causado são graves, já que eles tentam fixar o preço e a comercialização, por exemplo, do milho ou de outros produtos”<sup>(12)</sup>.

O caso mais chocante é o do professor José Artemio López Aguilar, militante da secção 40 do bloco democrático CNTE-SNTE, que foi torturado e assassinado diante da sua família como represália por ter organizado uma marcha pacífica a exigir “que o



“Onde estão?” Raptados pelos cartéis (Estado de Sinaloa, 2021)

*governador Rutilio Escandón e as autoridades federais não fechem os olhos e enfrentem a violência na fronteira de Chiapas com a Guatemala*”: este assassinato é um aviso aos professores da região e às organizações sociais.

Os grupos armados do narcotráfico funcionam para controlar a mobilização popular independente; são jagunços do capital a actuar nas nossas comunidades e bairros.

Em resumo:

– Os negócios do crime organizado fazem parte da decomposição do sistema capitalista, que procura criar valor através de empresas ilegais que lhe permitem aumentar a taxa de lucro, graças ao trabalho desregulado e semi-escravo, à pilhagem e à acumulação pela expropriação.

– Os seus lucros sustentam o capitalismo financeiro e fazem parte das forças destrutivas.

– Eles reproduzem formas de dominação neocolonial que sujeitam a nação aos interesses dos grupos económicos transnacionais.

– O Estado mexicano colabora na sua qualidade de auxiliar do ciclo de acumulação de capital.

– Os governos mexicanos têm feito sua a “guerra à droga” imposta pelo imperialismo norte-americano, entregando a este o controlo da segurança nacional e dos serviços secretos.

– A guerra à droga tem favorecido a compra de armas pelos cartéis, mas também legitimado o aumento de mais de 250% do orçamento militar do México nos últimos quinze anos, promovendo o comércio de armas, pilar do capitalismo na actualidade.

– O crime organizado funciona como inibidor da organização, mobilização e reivindicações populares; as suas acções aceleram a decomposição social e a pulverização do movimento social e da organização proletária.

A Liga Comunista Internacional luta, no México, pela reconstrução da IVª Internacional. Para a LCI, o desenvolvimento do crime organizado, como da economia da droga, são parte das consequências bárbaras da decomposição imperialista. Existe, contudo, uma força social capaz de abrir uma perspectiva diferente: a classe trabalhadora, produtora de toda a riqueza. Organizada num partido independente para tomar o poder e expropriar o capital, a classe operária saberá varrer o sistema capitalista em decomposição, raiz desta barbárie. ●

(1) Cf: <https://www.infobae.com/mexico/2023/10/22/cuanto-facturan-los-carteles-del-narcotrafico-al-ano-y-que-pib-de-paises-supera/>

(2) <https://www.jornada.com.mx/2011/01/15/agricultura.html>

(3) NdT: chantagem às empresas por

uma taxa predial.

(4) <https://www.gaceta.unam.mx/menores-reclutados-por-el-crimen-organizado-deben-ser-atendidos-como-victimas/>

(5) Grupos como os Zs têm origem nos grupos de contra-insurreição treinados e financiados pela CIA que combateram a revolução sandinista na Nicarágua e em El Salvador; os seus líderes operacionais são os mesmos “Kaibiles” que aterrorizaram a população civil na América Central. Tendo o imperialismo atingido o seu objectivo, estes grupos paramilitares procuraram um novo patrono nos cartéis da droga mexicanos e colombianos, trazendo consigo as tácticas terroristas e de guerra de baixa intensidade, agora aplicadas no México.

(6) Na Baixa Califórnia, conhecidas cadeias de mercearias, que se presumem financiadas por traficantes de droga, fazem grandes ofertas diárias de produtos como carne, frango, ovos, cereais e legumes, a um preço inferior ao praticado nas cadeias grossistas.

(7) Uma prática comum é a de dar um período de tempo ao mutuário para acumular o dinheiro do empréstimo, acrescido de juros, pedindo-lhe que o guarde para que o cartel o possa recuperar quando o exigir.

(8) O “corrido” é um género musical mexicano que conta a história de uma personagem real e/ou mítica. Estas composições épicas narram momentos importantes em preito de homenagem e respeito a uma pessoa ou aldeia. A sua história remonta à Guerra da Independência, ganhando maior vulto durante a Revolução Mexicana, quando se tornou um meio de transmissão de notícias da frente.

(9) <https://elpais.com/mexico/2021-04-16/un-informe-denuncia-45-asesinatos-de-activistas-en-mexico-en-2019-y-2020.html>

(10) <https://elpais.com/mexico/2023-11-28/el-asesinato-de-un-ativista-contra-la-mineria-en-jalisco-ilustra-el-poder-del-crimen-en-el-corredor-del-pacifico.html>

(11) O Movimiento Agrario Indígena Zapatista (MAIZ) é uma destas organizações controladas pelo crime organizado.

(12) <https://oyechiapas.com/estado/tuxtla-gutierrez/116403-organizacion-delincuencial-maiz-encabeza-concejo-municipal-de-comalapa-denuncia-mst.html>

## ● ANÁLISE

## China

## Milhares de greves operárias de que ninguém fala...

Por Alain Frandor

Celebrou-se, no dia 13 de Dezembro de 2023, o 50º aniversário do Conselho Empresarial Estados Unidos-China (incumbido de “defender os interesses das empresas norte-americanas que fazem negócios na China”). Na ocasião, Xi Jinping, Presidente da República Popular da China (RPC) e Secretário-Geral do Partido Comunista Chinês (PCC), enviou uma mensagem a dizer que “a modernização da China oferecerá mais oportunidades às empresas americanas”.

**E**STAS PALAVRAS fazem lembrar as proferidas pelo poder no início dos anos 90, ao reatar a política de “reformas” e de abertura ao mercado capitalista mundial que tinha ficado seriamente abalada pela irrupção revolucionária das massas na primavera de 1989.

A Secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, presente no evento comemorativo dos 50 anos, respondeu a Xi Jinping: “A China devia abandonar a sua concepção da economia de base estatal nos sectores industrial e financeiro



Greve das operárias da fábrica da Hi.P. Internacional, 2011

(...). Um papel demasiado importante das empresas públicas pode asfixiar o crescimento”.

Como há décadas faz, a burocracia chinesa oferece os seus serviços às multinacionais americanas para estas poderem ir explorar os trabalhadores na China. Promete, mesmo, fazer melhor. Para o imperialismo, porém, isso não chega. A situação mundial caracteriza-se pelo facto de montanhas de capital se deslocarem constantemente de um centro financeiro para outro, ávidas de encontrar novas formas de acrescentar valor. Sob a pressão dos mercados especulativos, o capital precisa de encontrar novas áreas para investir. Ora, o mercado chinês, com a sua “*economia de base estatal*”, ainda lhe escapa em grande parte. A propriedade estatal dos sectores-chave da indústria, da banca e dos seguros, o monopólio do comércio externo e da política monetária (e mesmo o monopólio político do PCC) são

outras tantas barreiras que é preciso derrubar para obter pleno acesso a este mercado imenso. Assumir o controlo da economia chinesa é um dos principais objectivos do imperialismo, tentando resolver a crise que sobre ele desaba. Esta é a razão fundamental para as cada vez mais prementes ameaças de confrontação militar com a China.

Convém repetir que a política da burocracia chinesa desbravou amplamente o caminho a esta ofensiva. Entre 1994 e 2003, despedimentos maciços em empresas estatais, organismos públicos e instituições governamentais eliminaram cerca de 70 milhões de postos de trabalho em nome da economia de mercado. Os novos postos de trabalho seguidamente criados foram-no desfalcados de leis e regulamentos laborais...

No entanto, durante esse mesmo período (entre 1995 e 2006), as greves e outros “incidentes de massas” aumentaram 1.350%! Este

movimento da classe operária chinesa, que, à medida que se desenvolve, poderá vir a desafiar o monopólio do poder político do PCC, é o que mais assusta a burocracia. Daí a sua política repressiva contra a classe operária, que contribui para favorecer a ofensiva imperialista. Ao impedir a classe operária, a juventude e o campesinato de se organizarem livremente, a burocracia está a enfraquecer a defesa da China contra a ameaça de guerra, pois as forças capazes de se oporem ao imperialismo mundial estão no povo.

E hoje? Importa olhar para o que se passa com as lutas dos trabalhadores e dos jovens chineses para defenderem os seus direitos contra um governo repressivo e corrupto até à medula.

Isto, numa situação económica que se degrada. O desemprego juvenil atingiu um nível tal, que se deixaram de publicar estatísticas entre Junho e Dezembro do ano passado. A actividade económica está essencialmente estagnada, e o valor do crescimento anunciado pelo Primeiro-Ministro Li Qiang para 2023, 5,2%, pouca gente convence. A crise maior do imperialismo, que se reflecte, por exemplo, no crescimento nulo ou quase nulo da França e da Alemanha, está provocando choques na economia chinesa, cuja dependência do mercado mundial aumentou com a política de abertura às multinacionais da finança e da indústria. As importações americanas de produtos provenientes da China caíram mais de 20% durante o ano, e o comércio de mercadorias entre a China e a Alemanha, o país da UE com maior comércio com a China, caiu 15,5%. Acresce a tentativa do imperialismo americano de estrangular sectores inteiros da economia chinesa, proibindo o fornecimento de semicondutores a mais de 700 empresas chinesas.

### **“Assiste-se a um verdadeiro ressurgimento do movimento operário”**

Para compreender as condições

em que se desenrolarão as próximas revoltas das massas, da juventude e da classe operária, façamos uma rápida retrospectiva dos caracteres das greves dos últimos dezoito meses.

Em Setembro de 2022, um militante operário da China continental referia que *“os militantes operários são alvo de constantes campanhas de assédio por parte das autoridades. A situação é complicada. A situação dos trabalhadores deteriora-se rapidamente. Poder-se-ia pensar que os trabalhadores não têm poder, mas ao que assistimos é a um verdadeiro ressurgimento do movimento dos trabalhadores”*.

Algumas semanas mais tarde, a ilustração, em Hong Kong. É sabido que a repressão do governo central impôs a dissolução da confederação sindical HKCTU e de mais de 110 sindicatos, e que muitos sindicalistas têm sido detidos. No entanto, desafiando as proibições, os trabalhadores de distribuição de refeições da Foodpanda voltam a organizar-se para entrar em greve em Outubro.

E, de repente, no final de Novembro, rebenta a tempestade com a revolta dos trabalhadores migrantes na Foxconn em greve. Os confrontos com a polícia duram dois dias, alimentando e encorajando as massas a saírem à rua, alguns dias mais tarde, em cerca de quinze grandes cidades chinesas, após um trágico incêndio em Urumqi, a capital de Xinjiang. Manifestantes uigures e han marcham juntos, carregando uma enorme bandeira chinesa. Reúnem-se defronte da Câmara Municipal para denunciar as autoridades responsáveis e exigir o fim do confinamento. Ressoa então o hino nacional – que começa com *“Levantai-vos, vós que já não quereis ser escravos!”*<sup>(1)</sup> – e a Internacional, a canção dos explorados e oprimidos.

Um internauta observa: *“uma clara maioria manifesta-se a favor dos trabalhadores da Foxconn. Afixam-se velhos cartazes de propaganda, que salientam como a classe operária chinesa tomará a dianteira da revolução”*<sup>(1)</sup> *“Tereis de prestar*

*contas por tudo o que tendes feito. Este país vai ter de prestar contas”*, gritam os estudantes ao reitor da sua universidade. Esta irrupção súbita dos explorados e oprimidos varreu de um dia para o outro a política repressiva de “Covid zero” do governo.

### **Em 2023, o dobro das greves de 2022**

Neste contexto se abre o ano de 2023. Um militante refere ser *“impossível prever o que trará 2023 (...), mas este ano de acção e resistência unidas deu poder a inúmeros trabalhadores e gente comum, estando nós à procura de acções que nos libertem deste sistema opressivo”*. Isto traduz-se por inúmeras greves. A associação *China Labour Bulletin* registou 1794 greves. Quase todas as províncias são afectadas, já não unicamente as províncias costeiras exportadoras. Refira-se que este número representa apenas 5 a 10% do número real de greves... *“Na indústria transformadora, muitas fábricas da costa leste fecharam ou deslocalizaram-se para as províncias do interior”*, onde os salários são mais baixos, como recorda a associação. Descendo ao pormenor, *“o sector da construção é novamente o que regista maior percentagem de greves, 945 (53%). Regista-se igualmente uma diminuição das encomendas nos sectores da electrónica e do vestuário. Estas mudanças conduziram à generalização dos salários em atraso, bem como ao encerramento e deslocalização de fábricas em dificuldades”*.

Desde o início de Janeiro de 2023 que os trabalhadores das empresas de biotecnologia se manifestam. Os patrões querem despedir à viva força, de um dia para o outro, pois o fim da política de Covid zero acarreta a paragem da produção de testes, produtos e equipamentos. O *Financial Times* (25 de Janeiro) noticia que *“irromperam manifestações por todo o país”*.

No início de Fevereiro, milhares de reformados reúnem-se por várias vezes em frente dos edifícios

>>>

## ● ANÁLISE

»»»

da administração municipal de Wuhan, manifestando a sua rejeição da reforma do seguro de saúde decidida pela cidade. Em Dalian, reformados manifestam-se em massa em frente aos edifícios oficiais pelas mesmas razões, “cantando em voz alta a *Internacional*”. Em Dongguan, uma multidão de operárias do sector da confecção desfila por várias vezes, protestando contra os despedimentos e pelos seus direitos.

### “Batalha implacável entre trabalhadores e capital”

No período que antecedeu o 1º de Maio, eclodiu em Shanwei, na província de Guangdong, uma grande greve dos estafetas de refeições. Uma notícia descreve-a como “batalha implacável entre trabalhadores e capital”. Centenas de estafetas que trabalham para a Meituan, uma das maiores plataformas de entregas, “fizeram greve durante uma semana no final de Abril, protestando contra a deterioração das suas condições de trabalho. Se bem que não tivessem organizado a greve para coincidir com o 1º de Maio, a sua acção reavivou e representou o verdadeiro espírito do 1º de Maio”, escreveu a *Asian Labour Review* (30 de Abril). E *The Guardian* acrescentava (21 de Maio): “A acção surpreendeu pelo número de trabalhadores que ajudou a organizar e por ter tido o apoio de estafetas de todo o país”. Um relatório recebido pela Comissão de Investigação China<sup>(2)</sup> menciona “a rapidez da auto-organização: criaram-se rapidamente dois grupos WeChat [serviço chinês de mensagens instantâneas] para a greve, um com cerca de 500 trabalhadores e outro com 200. Grupos de amigos transformaram-se em grandes grupos de solidariedade.” Este método de auto-organização, utilizando as redes sociais para elaborar reivindicações, discutir meios de acção e até eleger representantes fora já o que prevalecera em 2020, quando se formou a Aliança dos Estafetas,

com milhares de membros.

### “Como não há sindicato que nos represente, organizamo-nos colectivamente”

Os cerca de 1.100 trabalhadores da fábrica Eurotec Electronics, em Jongchan, na província de Guangdong, entraram em greve a 11 de Setembro. Fazem um caderno de mais de vinte reivindicações, referindo que os seus salários não são aumentados há mais de cinco anos. Obrigam a direcção a negociar. Um operário refere-se da seguinte maneira ao sindicato oficial ACFTU, único reconhecido pelas autoridades: “Os dirigentes sindicais parecem gestores”. Outro: “Não há sindicato. Como não há sindicato que nos represente, organizamo-nos colectivamente.” A única coisa que a organização que ostenta o nome de “sindicato” faz é esperar pelas instruções do Partido — e é quando não toma lugar ao lado da direcção, nas empresas privadas.

A única forma de os trabalhadores conseguirem que as suas reivindicações sejam satisfeitas é organizarem-se eles próprios, e é isso mesmo que eles conseguem amiúde fazer, apesar da repressão. Por exemplo, numa fábrica de malhas de lã em Guangdong, que estava para fechar as portas, Jang foi eleita representante dos trabalhadores para negociar com a empresa. Em Maio, disse: “Neste momento, há uma corrente a amadurecer entre os trabalhadores da fábrica, estamos a unir. Vai dar espectáculo!”

2024 inicia-se sob o signo da continuação e mesmo acentuação do movimento grevista, com 242 greves e outros protestos registados desde o início do ano, no momento em que escrevemos. Esta “corrente a amadurecer” atravessa as camadas mais profundas da classe trabalhadora. É impossível prever que formas encontrará para se manifestar. Actualmente, há oficialmente 85 milhões de “trabalhadores atípicos”, precários, sem estatuto nem contrato de tra-

balho. O próprio Xi Jinping acaba de fazer a promoção destas “novas formas de emprego”. Especificou que deviam respeitar “os direitos e interesses legítimos dos trabalhadores”. Pura hipocrisia! As “novas formas de emprego” são exactamente formas que anulam todas as leis e regulamentações em matéria de contrato de trabalho, horários e condições de trabalho, assim como as garantias sociais (reforma, doença, acidentes de trabalho, etc.). “Sem contrato de trabalho, sem segurança social, com uma multa de 50 yuan se não trabalharmos um dia — como é que se pode intimidar as pessoas assim!”, exclama um estafeta nas redes.

Esta luta — aqui abreviadamente mencionada — da classe operária chinesa, parte integrante da classe operária mundial, levanta com força a questão da construção das suas organizações independentes. É dever dos apoiantes da Internacional Operária apoiá-la em todas as circunstâncias. ●

25 de Fevereiro de 2024

(1) As referências ao passado são frequentes. Isto leva por vezes militantes e organizadores de grupos operários a argumentar que “as coisas eram melhores antes, no tempo de Mao”. Vale a pena recordar que a oposição da burocracia ao movimento operário independente vem de longe. Um mês após a proclamação da República Popular da China, em 1 de Outubro de 1949, a vitória da revolução que expulsou os imperialistas, Li Lisan, um dos dirigentes do Partido Comunista Chinês (PCC), a quem fora então confiada a direcção simultânea do sindicato ACFTU e do Ministério do Trabalho, referiu, numa conferência sindical: “Nas empresas privadas, a consequência imediata da vitória foi uma enchente de lutas operárias em todas as cidades. Como os capitalistas tinham perdido o apoio do regime reaccionário, não tiveram alternativa senão ceder às exigências das massas”. Observação lúcida: a classe operária avançava para a construção do socialismo. Ao que Li Lisan contrapunha o ponto de vista comum a todos os sectores do aparelho: “No entanto, as reivindicações dos trabalhadores eram por vezes excessivas. As suas acções e formas de luta foram, nalguns casos, exageradas”.

(2) A Comissão de Inquérito China publica duas vezes por mês o “Boletim de Informações China”, onde estas informações estão disponíveis. Ver a sua página web [comenchine.org](http://comenchine.org).

## Alemanha

# Aliança Sahra Wagenknecht, uma aliança no terreno dos partidos burgueses e da extrema-direita

Por Heinz-Werner Schuster

Em 23 de outubro de 2023, deu-se uma cisão na Linke<sup>(1)</sup>, o Partido da Esquerda alemão. Abandonaram o partido dez deputados ao Bundestag, que – salvo Wagenknecht – são políticos com raízes na Alemanha Ocidental. Fundaram uma associação, que, a 8 de Janeiro de 2024, acabou por passar a partido, a “Aliança Sahra Wagenknecht – Razão e Justiça” (BSW). O objectivo do partido, para já, é concorrer às eleições para o parlamento da UE. A participação nas eleições de Setembro na Saxónia, Turíngia e Brandeburgo não está, para já, resolvida.

**D**o “manifesto de fundação” da BSW não consta uma posição de classe da classe trabalhadora. Faz-se apenas a distinção entre os “industriosos” e os “dez mil lá em cima”. Não é sequer o estar-se a querer construir um agrupamento centrista<sup>(2)</sup>. Não se faz qualquer referência à classe operária, muito menos ao social-



ismo. A única classe social a que se faz referência é a pequena burguesia. Há “milhões de pessoas (que) trabalham arduamente”. Para elas, Wagenknecht apela, a 23 de Outubro, a uma “sociedade produtiva justa, com uma classe média forte”. Para a BSW, quem sofre é a “pequena e média empresa bem-sucedida e inovadora” e a “economia de mercado”: “São grandes empresas que dominam o mercado, grupos financeiros super-poderosos como a BlackRock e monopolistas digitais invasivos (...), que impõem o seu tributo a todos os outros participantes no mercado, minando a concorrência e destruindo a democracia”. Em contrapartida, as forças em torno da BSW defendem uma “pequena e média empresa forte”.

No “manifesto fundador”, que tem tido sucessivas variações desde Outubro, até chegar ao programa para as eleições europeias, a BSW declara que “queremos parar a desagregação da coesão social e realinhar a política com o bem comum. O nosso objectivo é uma sociedade produtiva justa, com verdadeira igualdade de oportunidades e elevado nível de segurança social.

*Uma economia altamente produtiva precisa de trabalhadores qualificados e motivados. Para isso, é condição que os salários correspondam ao desempenho, os empregos sejam seguros e as condições de trabalho, boas.”*

Não é nada de novo: o “bem comum” pressupõe o sistema de propriedade privada dos meios de produção e a respectiva exploração do trabalho. É neste quadro inviolável, que a BSW tenta expurgar ideologicamente dos antagonismos de classe efectivamente existentes entre capital e trabalho, que tais forças metem o corporativismo, em cujo âmbito se supõe aplicarem-se “salários correspondentes ao desempenho”, etc., ou seja, o disciplinamento da classe trabalhadora e das suas organizações. O “bem comum” tem as suas raízes na doutrina social da Igreja Católica, que foi a tentativa de integrar as organizações dos trabalhadores no sistema imperialista, de modo a pôr em prática os planos, leis, directrizes, etc., necessários à destruição das conquistas da classe trabalhadora. Este é “o centro da sociedade”, o consenso nacional, a união sagrada permanente, em que a independência das organizações dos trabalhadores não tem lugar. Amira Mohamed Ali, co-presidente, situa a BSW em conformidade: “Penso que o espectro partidário clássico da esquerda e da direita já não funciona, pois hoje em dia há vários planos. (...) Queremos representar os interesses das trabalha-

## ● ANÁLISE

»»»

*doras e trabalhadores, bem como das pequenas e médias empresas. E há também grandes empresários que são de opinião que precisamos de um sistema funcional e justo, não apenas para os dez mil de cima, mas para todos". (Redaktionsnetzwerk Deutschland, RND, 16 de Dezembro de 2023)*

### Não equiparar a base à cúpula!

Seria incorrecto equiparar a direcção da BSW àqueles que apoiam ou querem apoiar a BSW. Mesmo a direcção é heterogénea. Antigos membros do partido *Die Linke*, empresários e, por exemplo, o antigo presidente da câmara de Düsseldorf, T. Geisel, do SPD, antigo responsável da *Treuhand*<sup>(3)</sup>: ali teve sob a sua alçada a privatização das fábricas de produtos químicos do “triângulo químico” da RDA, ou seja, a destruição da propriedade social. Este homem é agora o principal candidato da BSW às eleições europeias. A 4 de Janeiro, explicou por que razão deixou o SPD: por este ter abandonado, “ainda por cima numa altura de grande escassez de mão de obra, o princípio ‘promover e exigir’ do seu antigo chanceler Gerhard Schröder<sup>(4)</sup>”. A direcção do SPD ter abandonado (acha ele) a política anti-operária do ex-chanceler Schröder é, para Geisel, um problema, por tal “ser particularmente incompreensível para aqueles que, trabalhando arduamente, mal conseguem chegar ao fim do mês”. É o discurso bem conhecido dos inimigos da classe operária, que tentam opor “quem trabalha” a alegados “parasitas”, que vivem à custa de subsídios miseráveis. Geisel tem saudades das leis Hartz, da divisão brutal entre quem tem emprego e quem vai parar ao exército de reserva. Contudo, o governo Scholz só mudou o rótulo, de “Hartz” para “subsídio de cidadania” – e adoptou sanções ainda mais duras, como a supressão total dos subsídios até dois meses, para quem “seja contumaz na rejeição de trabalhos razoáveis”.

O governo Scholz está, assim,

em sintonia com S. Wagenknecht, que declarou ao *Der Spiegel* (16 de Novembro de 2023), por exemplo: “Mas alguém que é jovem, isso sim, acho que se pode esperar que envide esforços muito activos para encontrar trabalho (...) Eu vincularia as pessoas, por exemplo, a fazerem um curso de qualificação proposto”. Se recusassem, “então, nesse caso, é apropriado isso ser passível da sanção correspondente”.

Presumindo que muitas das forças que gostariam de apoiar a BSW não foram nem são favoráveis à destruição da propriedade social na antiga RDA pela privatização, presumindo que lutaram contra a odiada política da “agenda de Schröder” e hoje lutam do mesmo modo contra Hartz e o “subsídio de cidadania” e contra o assédio aos desempregados – a questão é: o que sobra?

### Partido anti-guerra?

Considerada superficialmente, a BSW continua a ser um partido anti-guerra, que, nas eleições, é bem capaz de puxar para si votos contra a guerra. Mas a política da BSW não se fica, no fundo, pela luta por um cessar-fogo e pelo fim da exportação de armas: “Por muito que esta guerra deva ser condenar, precisamos de voltar a ter melhores relações com a Rússia. As sanções económicas prejudicam sobretudo a Alemanha e não os russos. (...) Estamos perante uma guerra económica contra o nosso país, em que o nosso governo colabora por cegueira e estupidez.” (Neue Zürcher Zeitung, NZZ, 10 de Setembro de 2023) A preocupação central da BSW é que a guerra e as “sanções económicas” estão a prejudicar a economia alemã. Imputar ao governo Scholz “cegueira e estupidez” nega o facto de este fazer, de facto, parte do séquito do imperialismo americano e da sua orientação estratégica, a qual, assim espera Scholz, proporcionará ao imperialismo alemão um novo “lugar ao sol”.

Para as organizações do CORQI, foi sempre claro que as sanções dos governos imperialistas

atingem a classe trabalhadora na Rússia, na Ucrânia e também nos Estados da UE, etc.

### Fim do direito de asilo, encerramento de fronteiras, deportação – medidas que o movimento operário tem sempre combatido

Marx escreveu as “Instruções” aos delegados ao Primeiro Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores (1ª Internacional) em 1866: “Uma das funções particulares em que a nossa Associação tem sido bem sucedida é a da resistência às intrigas dos capitalistas, sempre prontos, quando há paralisações e lock-outs, a usar os trabalhadores de países estrangeiros como instrumentos contra os trabalhadores dos próprios países. Uma das grandes tarefas da Associação é fazer com que os trabalhadores dos vários países não só se sintam irmãos e camaradas do exército da emancipação, mas actuem também como tal.”

A luta de classes conhece os trabalhadores dos vários países apenas como “exército da emancipação”!

Em 1907, no congresso do SPD, durante o debate sobre o Congresso Socialista Internacional de Estugarda, Karl Liebknecht fez um discurso a exigir: “Fora com a espada de Dâmocles da deportação!”. Relata as suas experiências com a imigração e a emigração. “Tenho frequente ensejo de observar a situação dos imigrantes na Alemanha e, em particular, a sua dependência da polícia, e sei as dificuldades que esta gente tem de enfrentar. A sua vulnerabilidade impõe, especialmente a nós, sociais-democratas alemães, lidarmos o mais breve e vigorosamente possível com o regime legal dos estrangeiros e eliminar, mormente, a desgraça da deportação. Bem que se sabe que os estrangeiros organizados em sindicatos são os primeiros a serem deportados”. Aponta uma secção do programa

mínimo do Congresso: “*abolição de todas as restrições que excluam determinadas nacionalidades ou raças da residência no país e dos direitos sociais, políticos e económicos dos autóctones. (...) A resolução do congresso exige, assim, a atribuição aos estrangeiros de completa igualdade com os nacionais, inclusive no direito de residir no país. (...) Esta é a condição primeira para os estrangeiros deixarem de ser predestinados para comprimir salários e furar greves.*”

Em Novembro de 1915, Lenin escreveu ao secretário da “Liga para a Propaganda Socialista” dos Estados Unidos: “*Na nossa luta pelo verdadeiro internacionalismo... apontamos sempre, na nossa imprensa, os dirigentes oportunistas do PS na América, que intercedem por restrições à imigração de trabalhadores chineses e japoneses (especialmente depois do Congresso de Estugarda de 1907, e ao arrepio das suas resoluções). Pensamos que não se pode ser, do mesmo passo, internacionalista e a favor de tais restrições.*”

As posições de Wagenknecht/BSW inscrevem-se na tradição reaccionária. Wagenknecht declarou à n-tv, em 16 de Janeiro de 2016, que “*abusar da hospitalidade é perder o direito à hospitalidade*”. O candidato às eleições para o Parlamento Europeu, Geisel, reivindicou, na carta acima citada, a substituição do direito fundamental do indivíduo ao asilo “*por uma lei de imigração pautada (...) pelas necessidades efectivas de mão de obra qualificada na Alemanha*”. A co-presidente Mohamed Ali declarou à RND (16 de Dezembro de 2023) que “*precisamos urgentemente de uma reforma do direito de asilo (...) Precisamos de desburocratizar e de dar mais rapidamente segurança jurídica a quem é autorizado a ficar. E, para quem não é assim, de uma deportação mais consequente*”. Opõe-se a um direito de permanência para todos e reconhece que “*até com a CDU há pontos de coincidência, por exemplo em partes da política de migração*”. O programa para as eleições eu-

ropeias afirma, nessa conformidade: “*Os procedimentos de asilo e avaliação do estatuto de protecção devem, portanto, ocorrer nas fronteiras externas da UE ou em países terceiros. (...) Quem ali não consiga um estatuto de protecção tão-pouco terá direito de acesso à UE, a uma autorização de trabalho ou a prestações sociais, como, por exemplo, o subsídio de cidadania, num Estado-Membro da União Europeia*”.

### **Aliança Sahra Wagenknecht: projecto profundamente reaccionário que nenhum militante operário honesto pode apoiar**

Os apoiantes do jornal *SOPODE* na Alemanha (e os seus amigos franceses do *POI/CCI*, que organizaram a cisão da IVª Internacional no verão de 2015) aclamam nos seus jornais Wagenknecht e a BSW. Atrás do *SOPODE*, vem o semanário francês *Informations ouvrières* (nº 793, 1 de Fevereiro) publicar sem qualquer distanciamento um artigo que caracteriza assim a fundação da BSW: “*a emergência de um partido que se apoia nas amplas camadas da população, nos operários, artesãos e camponeses, que se bate pela paz, pela instauração de um Estado social que funcione, é absolutamente necessária.*” Tais esperanças e tal busca vão, contudo, parar a um beco sem saída, dado que as posições alegadamente “sociais” e “antiguerra” de Wagenknecht não passam de uma pálida reedição da política social e de paz “social-democrata” dos anos setenta<sup>(4)</sup>. É nesta discussão – das perspectivas políticas e da elaboração do programa da BSW – que eles se querem meter. Só que não há “discussão” nenhuma, o programa ficou fixado no “manifesto de fundação”. Esta gente, que ousa reivindicar os princípios da IVª Internacional, fustiga, e bem, a instrução de Scholz para realizar “deportações em grande escala”, assim como os cortes das prestações dos refugiados – mas

mantém um silêncio ensurdecedor sobre as posições anti-imigrantes da BSW. Não, a BSW é tudo menos o “partido antiguerra” que os apoiantes do *SOPODE* e das *Informations ouvrières* tentam vender. A BSW é um projecto profundamente reaccionário, que nenhum militante operário honesto e, mormente, nenhum lutador que se reivindique da IVª Internacional pode apoiar.

O ISG<sup>(6)</sup>, os membros e organizações do CORQI estão, todos eles, abertos à discussão com os militantes que queiram manter-se fiéis aos princípios da IVª Internacional.

**H.-W. Schuster, Fevereiro de 2024**

#### Notas de tradução

(1) *Die Linke* (A Esquerda) é um partido nascido em 2007, sucessor do antigo SED, partido estalinista dirigente da República Democrática Alemã (Alemanha Oriental). Sarah Wagenknecht foi membro do SED antes da reunificação.

(2) Os militantes trotskistas chamam “centrista” a uma posição ou um agrupamento político que fica a meio caminho entre uma política revolucionária e a política contra-revolucionária dos aparelhos que dirigem o movimento operário.

(3) A *Treuhand*, criada em 1990, logo a seguir à reunificação das duas partes da Alemanha, foi a instituição oficial incumbida da privatização dos bens da ex-República Democrática Alemã (RDA, Alemanha Oriental).

(4) O chanceler social-democrata Schröder introduziu este “princípio” na política social no final dos anos noventa. A ideia era promover os “merecedores” e impor exigências aos recalcitrantes. Esta fórmula serviu de base a todas as políticas anti-operárias alemãs, nomeadamente às leis Hartz contra os desempregados.

(5) Nos anos setenta, o chanceler SPD Willy Brandt promoveu a “Ostpolitik”, de normalização das relações com a RDA, abandonando, de facto, a reunificação. Internamente, depois da revolta estudantil de 1968, o “decreto sobre os radicais” importou, para milhares de funcionários (professores, ferroviários, carteiros...) suspeitos de militância comunista ou de serem simplesmente “radicais”, na proibição de exercerem a profissão. O chanceler seguinte, Helmut Schmidt, prosseguiu uma política anti-operária.

(6) O Grupo Socialista Internacionalista (ISG) é a organização filiada no CORQI na Alemanha.

## ● DOCUMENTO

# Aos militantes, grupos e organizações de todo o mundo determinados a respeitar os princípios do trotskismo

**O Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI) agrupa as organizações e militantes que atribuem a si mesmas a tarefa de reconstituir a IVª Internacional com base no seu programa fundador, de 1938.**

**A** ACTIVIDADE que levamos a cabo inscreve-se na continuidade do combate travado com Pierre Lambert pela reconstrução da IVª Internacional, que permitira a sua reproclamação em 1993.

Não viramos a cara à realidade: a crise da IVª Internacional tem raízes fundas: A sua reconstituição será um processo longo e complexo. Integrará correntes que não provêm desta crise e têm origem noutras tradições do movimento operário. A reconstituição da IVª Internacional inscreve-se como uma das componentes da necessária reorganização (ou mesmo reconstrução) do movimento operário para ele poder retornar às suas bases constitutivas: a luta pela abolição do regime da propriedade privada dos meios de produção, independência de classe, internacionalismo, acção colectiva para dar vencimento aos direitos colectivos, ruptura total com as instituições dos Estados burgueses e do imperialismo.

Conscientes da necessidade do debate mais amplo possível entre todas as correntes que buscam a via da Internacional revolucionária, o CORQI abriu a sua conferência Internacional de Novembro de 2023 a militantes e organizações sem origem no trotskismo, mas que considerem dever participar na elaboração de uma política de ruptura, na luta pelo socialismo. É em nome desse debate que entendemos dever dar a conhecer amplamente as informações desta carta.

Um grupo saído da crise da IVª Internacional em 2015, com sede na rue du faubourg Saint-

Denis, 87, em Paris, realizou, em Dezembro de 2023, uma reunião internacional que apresentou como “congresso da IVª Internacional”. Salvo uma declaração geral, que publicou numa página do seu jornal *Informations ouvrières* (França), nenhum outro documento público deu conta – tanto quanto saibamos – dos trabalhos e decisões da conferência. Não obstante, nos meses seguintes, sucederam-se factos que suscitam, no mínimo, reflexão e discussão.

**Na Argélia**, Louisa Hanoune, secretária-geral do Partido dos Trabalhadores da Argélia (PTA), recebeu, na sede do seu partido, no dia 10 de Janeiro de 2024, a embaixadora americana, Elizabeth Moore Aubin. Enquanto bombas fornecidas pelo imperialismo americano são usadas pela aviação israelita para massacrar o povo palestino em Gaza, receber a representante do Estado americano em Argel na sede de um partido – que se reclama do anti-imperialismo e do anti-sionismo – causou a estupefacção dos militantes e trabalhadores na

Argélia e não só. O encontro foi tornado público pela embaixada dos EUA na Argélia, com uma fotografia acompanhada do seguinte comentário da embaixadora: *“Foi um prazer encontrar-me hoje com Louisa Hanoune, presidente do Partido dos Trabalhadores da Argélia. Tivemos uma conversa fascinante que percorreu a actualidade e o importante papel dos partidos políticos no estabelecimento de instituições democráticas.”*

Que a representante do imperialismo tente dotar de uma fachada democrática o regime argelino rejeitado pela massa da população é com ela. Que ela se esforce por dissimular a responsabilidade do imperialismo americano no genocídio em Gaza, encontrando-se com um partido que reivindica a solidariedade com o povo palestino, é uma coisa. Que o PTA se preste a tal farsa é outra bem diferente.

**Perguntamos: é possível, dando tal punhalada nas costas do povo palestino, recebendo na sede do próprio partido a**



**Louisa Hanoune recebe Elizabeth Moore Aubin, Argel, 10 de Janeiro de 2024**

### principal representante de Biden, reclamar-se da IVª Internacional? Não!

Na Alemanha, o partido “Aliança Sahra Wagenknecht” (BSW), fundado pela deputada do mesmo nome, realizou em Janeiro de 2024 a sua assembleia constitutiva. Irá apresentar uma lista às próximas eleições europeias, com um programa em que a luta contra a imigração ocupa espaço significativo. Reza assim: “Os processos de verificação do direito de asilo e do estatuto de protecção devem ocorrer nas fronteiras externas da União Europeia ou em países terceiros. Quem não obtenha estatuto de protecção deixa de ter direito de acesso à União Europeia, a licença de trabalho ou a prestações sociais como o rendimento mínimo, nos Estados membros da União Europeia.”

Este programa eleitoral é a expressão de posição constante dos dirigentes desta formação, Sahra Wagenknecht em primeiro lugar. Esta declarou à *Frankfurter Rundschau* que “abrir as fronteiras a todos não é realista.” Sustenta que “quem abusa do direito de hospitalidade perde o direito à hospitalidade”. Deplora que, em algumas cidades, “a habitação social esteja ocupada por refugiados”. Já a cabeça de lista da BSW às eleições para o Parlamento Europeu reivindica a substituição do “direito fundamental individual ao asilo por um direito de imigração regido pelas necessidades reais de mão de obra qualificada na Alemanha”. Repare-se que esta política dita de “imigração selectiva” – em função das necessidades do patronato – está no cerne da lei racista que o ministro do interior francês, Darmanin, acaba de fazer aprovar com o voto da extrema-direita.

A copresidente da BSW considera que é necessária uma reforma do direito de asilo “para quem possa ficar, devendo aqueles que não estejam nesse caso ser deportados mais sistematicamente”. Reconhece que “até com

a CDU (o partido da burguesia alemã, Ndr) temos pontos de acordo, por exemplo em alguns aspectos da política migratória.”

Interrogada, no dia 24 de Fevereiro de 2024, sobre a possibilidade de uma proposta da BSW ser aprovada com os votos da AfD, o partido neonazi anti-imigrantes, Sahra Wagenknecht respondeu que “tudo depende de só se poder conseguir uma maioria com os votos da AfD. Em tal caso, colocávamo-nos numa situação de dependência.(...) A questão decisiva não é saber se a AfD concorda com uma reivindicação qualquer, mas se a reivindicação é certa ou errada. Durante anos, todos os partidos, tirando a AfD, negaram que a imigração descontrolada representasse um problema. Ora, as pessoas vêm que falta habitação, que os professores estão sobrecarregados, que as crianças não sabem alemão, que há conflitos culturais.”

Sahra Wagenknecht (que fundou um partido com o seu nome) promove, pois, com continuidade, uma campanha reacçãoária anti-imigrantes.

Ora, os militantes de *Soziale Politik & Demokratie* (Política Social e Democracia), organização ligada ao nº 87 da rue du faubourg Saint-Denis, integraram-se na criação das “equipas BSW” que recolhem assinaturas de apoio ao reconhecimento das suas listas eleitorais.

O respectivo jornal afirma que “as correntes políticas de esquerda em torno de Sahra Wagenknecht e outras – Ndr) definem as suas reivindicações políticas em ruptura com o governo Scholz, orientando-se para a construção de um “novo partido”, para alguns um partido revolucionário.” (editorial do nº 492, 24 de Agosto de 2023). O número seguinte do mesmo jornal é ainda mais explícito: “Os militantes ligados à “Política Social e Democracia” ajudam a promover a organização de um Novo Partido, defendido por Sahra Wagenknecht. Enviem as vossas contribuições para o debate para *Soziale Politik & Demokratie*.”

Por seu lado, a Corrente Comunista Internacionalista (CCI) nota, no seu jornal *Informations ouvrières*, “o aparecimento de um partido que assenta em amplas camadas da população, nos operários, nos artesãos e camponeses, que se bate pela paz, por um Estado social que funcione”, publicando os discursos de Sahra Wagenknecht.

Em 1866, nas “Instruções” aos delegados ao Primeiro Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores (1ª Internacional), Marx realça que “uma das grandes tarefas da Associação é fazer com que os trabalhadores dos vários países não só se sintam irmãos e camaradas do exército da emancipação, mas actuem também como tal.”

Em 1907, Karl Liebknecht refere-se nestes termos a um parágrafo do programa mínimo do congresso do SPD: “Abolição de todas as restrições que vedam a determinadas nacionalidades ou raças a permanência no país e os direitos sociais, políticos e económicos dos nacionais (...). A resolução do congresso exige, portanto, a completa igualdade dos estrangeiros aos nacionais, mesmo no que diz respeito ao direito de permanência no país.”

Em Novembro de 1915, Lenin escreve que “na nossa luta pelo verdadeiro internacionalismo (...), fazemos sempre, na nossa imprensa, referência aos dirigentes oportunistas do Partido Socialista da América, que são defensores da limitação da imigração dos operários chineses e japoneses (...). Entendemos que não se pode, ao mesmo tempo, ser internacionalista e pronunciar-se por tais restrições.”

**O apoio a Wagenknecht e à sua política anti-imigrantes é incompatível com os princípios da IVª Internacional!**

– Merece realce outro aspecto da política de Wagenknecht. Ela faz sua a tese da “responsabilidade colectiva do povo alemão” na execução da “solução final” de Hitler. Explica ela que “nós, alemães, exactamente como ale-

## ● DOCUMENTO

mães, carregamos uma responsabilidade especial para com os judeus. Defendemos sem a mínima ambiguidade o direito de Israel a existir.” Tal discurso é reproduzido nas *Informations ouvrières* sem uma palavra de comentário.

Nós fazemos esta pergunta: será possível fazer a mínima concessão a esta velha posição reaccionária? Quem se reclama da IVª Internacional sabe que ela se constituiu (continuando o combate da Oposição de Esquerda internacional) a seguir à tragédia de 1933, que permitiu que Hitler acesse ao poder graças à criminosa política de divisão das fileiras operárias do estalinismo. A barbárie nazi só foi possível pela traição das velhas direcções social-democrata e estalinista. Centenas de milhar de militantes operários alemães foram as primeiras vítimas dos campos de concentração. A tradição da IVª Internacional é a da confraternização no terreno do internacionalismo operário. A IVª Internacional luta e lutará contra a teoria reaccionária da “responsabilidade colectiva dos povos”, que para mais não serve do que para selar a união sagrada com os governos – em particular, a vergonhosa teoria da alegada responsabilidade colectiva do povo alemão pelo nazismo.

**Em França**, a CCI-POI aderiu à LFI. O jornal *Informations ouvrières* faz-se porta-voz da equipa dirigente agrupada em volta de Jean-Luc Mélenchon. À CCI foi por este atribuído um deputado à Assembleia Nacional.

A sede do nº 87 da rue du faubourg Saint-Denis, em Paris, fora adquirida, há 50 anos, graças a uma mobilização e colecta dos militantes da IVª Internacional em luta pela revolução proletária. Hoje, a LFI, que adquiriu, *de facto*, o seu controle, organiza ali assembleias sob os auspícios da bandeira tricolor dos versalheses e da bandeira da ONU.

Mais grave ainda é o apoio aos créditos de guerra.

No dia 27 de Fevereiro, o Parlamento Europeu votou uma



Conferência de Mélenchon na rue du faubourg Saint-Denis, 87, 1 de Março

moção que desbloqueia 50 mil milhões de ajuda suplementar para a venda de armas à Ucrânia. Os deputados da LFI votaram, todos eles, a favor desta resolução pela guerra. Mais votaram – como não poucos outros partidos de esquerda – por sete vezes, resoluções do Parlamento Europeu a favor da ajuda militar à Ucrânia e da colaboração entre a União Europeia e a NATO.

Esta posição da LFI é também a dos responsáveis da CCI, que, para todos os efeitos, dissolveram a sua formação na LFI (do POI, partido que ela dirigia, sobra a etiqueta). Completamente integrados no dispositivo da LFI, não só não condenaram esta votação; dissimulam-na aos seus próprios militantes e aos trabalhadores e jovens.

Título, a 5 de Março, na página *L'insoumission*, página oficial da LFI: “*Estrondo na Assembleia: o governo dá razão à LFI, condenando os massacres em Gaza*”, que escreve ainda: “*Pela voz da ministra de Macron Chrysoula Zacharopoulou, o governo condenou sem rodeios os massacres de Benjamin Netanyahu em Gaza, fazendo suas, na prática, as posições e argumentos avançados pelos insubmissos desde o início do conflito. A intervenção da ministra respondia à interpelação do deputado da LFI Thomas Portes. Imediatamente a seguir à resposta, os deputados insubmissos levantaram-se de concerto, aplaudindo de pé, com vivacidade, palavra tão invulgar, por esperada há mais de cinco meses. A nossa orientação impõe-se como*

*única linha justa para a França, saudou Jean-Luc Mélenchon*”. Entre “*os deputados insubmissos, levantados de concerto, aplaudindo de pé, com vivacidade*” contava-se o do POI, Jérôme Legrave. Juntos, aplaudiram a ministra dum governo imperialista que continua a fornecer armas a Israel, recusa romper relações diplomáticas com o Estado de Israel, que há meses participa da ofensiva imperialista contra o povo palestino e que, repita-se, afecta dezenas de milhar de milhões à guerra na Ucrânia. Como é possível um militante que se reclame trotskista prestar-se a tal coisa?

**O silêncio sobre votações de uma formação em cujo núcleo central se está a favor de créditos de guerra para a guerra imperialista é incompatível com o trotskismo.**

São estes os factos. Cada um faz as suas opções políticas, mas não é possível dizer-se trotskista e encontrar-se com representantes do imperialismo americano na sede do próprio partido, apoiar um movimento anti-imigrantes na Alemanha e enquadrar-se, em França, num movimento sem condenar explicitamente as suas votações de créditos de guerra.

Atenta-se, ao fazê-lo, contra os princípios fundadores da IVª Internacional.

Para avançar na construção do partido mundial da revolução socialista, é precisa uma delimitação clara nestas questões fundamentais. ●

# Sobre as *Teses de Abril* e o combate de Lenin pelo poder dos soviets

Por Daniel Gluckstein

No dia 27 de janeiro, em Paris, a secção francesa da IVª Internacional (Tendência Comunista Internacionalista do Partido dos Trabalhadores) organizou uma jornada de estudo sobre “a actualidade de Lenin”, por ocasião do centenário da sua morte (21 de Janeiro de 1924). Entre as quinze comunicações apresentadas por militantes e historiadores, publicamos a de Daniel Gluckstein, consagrada às *Teses de Abril* e ao combate de Lenin pelo poder dos soviets. Os leitores francófonos d’*A Internacional* podem contactar os distribuidores da nossa revista para obter a brochura que relata o evento e para aceder ao texto integral das ditas intervenções no Youtube: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLzwwAsiGpn2L5JNlvrft2JP3dYT3bOt7>

**N**O DIA 3 DE ABRIL de 1917, quando Lenin, com cerca de trinta outros refugiados políticos, chega do exílio a Petrogrado, de comboio, é magnificamente recebido não só por milhares de operários apoiantes do Partido Bolchevique, mas também por uma delegação oficial da presidência do soviets, nomeada-



mente o dirigente menchevique Chkheidzé, que tanto representa o soviets como a ligação deste ao governo provisório burguês.

Imagine-se a cena, a fanfarra, o ramo de flores que Lenin não consegue pousar em lado nenhum, com o dirigente menchevique a fazer um discurso que é tudo menos protocolar, convidando Lenin a juntar-se a ele e aos mencheviques no esforço para, dizia ele, “defender a nossa revolução de todos os atentados que contra ela possam advir tanto do interior como do exterior”.

Depois de escutar este acolhimento algo especial, Lenin procura na sala a parte operária da audiência, esquece o dirigente menchevique, dirige-se aos trabalhadores presentes e diz-lhes: “*Caros camaradas, soldados, marinheiros e operários, estou feliz por saudar em vós a revolução russa vitoriosa, por vos saudar como vanguarda do exército proletário mundial... Não está longe a hora em que, ao apelo do nosso camarada Karl Liebknecht, os povos voltarão as armas contra os capitalistas exploradores... A revolução russa que realizastes*

*abriu uma época nova. Viva a revolução socialista mundial!*” Compreendereis que não era exactamente esta a resposta de que o dirigente menchevique estava à espera quando veio recebê-lo para lhe dizer que era preciso apoiar o governo capitalista.

Assim, logo aos primeiros passos do seu regresso a solo russo, Lenin definiu a orientação que ia seguir. Para ele, como para os marxistas em geral, a questão fundamental de qualquer revolução é a do poder. Ora, era, de facto, uma revolução o que se estava a desenrolar na Rússia no início de Abril de 1917. As massas operárias de Petrogrado, às quais as manifestações de mulheres de 25 de Fevereiro tinham desbravado o caminho, e também as massas camponesas (que constituíam, como camponeses fardados, a maior parte do exército) haviam-se sublevado. No espaço de algumas semanas, depuseram o czar, conquistaram todas as liberdades, o reconhecimento do direito de organização, e reconstituíram os soviets, os conselhos de delegados operários que tinham surgido pela primeira vez na revolução de 1905-

## ● CENTENÁRIO DA MORTE DE LENIN

>>> -1906 e que, neste contexto, formavam o soviete de Petrogrado, ou seja, o comité que reunia os delegados de todos os comités de fábrica, de soldados, etc.

Consequentemente, a questão do poder aparecia, logo à partida, como questão que um órgão existente podia resolver: os sovietes. Só que, naquele momento, havia, na realidade, dois poderes na Rússia: havia o governo provisório, um governo composto por burgueses liberais, capitalistas, que continuavam com a guerra e que defendiam os interesses da burguesia mundial em todos os domínios; e havia esse outro poder, embrionário, cujo carácter de classe era dado pela sua composição de delegados dos operários e delegados de operários e camponeses fardados, uma espécie de parlamento operário e camponês. O seu traço característico, diz Lenin (a fórmula é importante), é que se trata de “*um poder saído directamente de um golpe de força revolucionário, da iniciativa directa, vinda de baixo, das massas populares, e não de uma lei promulgada por um poder estatal centralizado*”. Não se trata de uma figura de retórica. É, de facto, um órgão que deriva do movimento dos de baixo, da iniciativa das massas populares.

Em resposta a uma pergunta que lhe fazia um camarada, explica que sim, senhor, as massas, muitas delas analfabetas, com línguas diferentes e uma data de preconceitos religiosos, compreendiam, não obstante, que se lhes apresentava uma oportunidade decisiva para tomar o poder nas suas próprias mãos e resolver a situação a seu favor.

Por conseguinte, Lenin faz logo esta pergunta – e é por isso que vira as costas ao dirigente menchevique: “*É de derrubar imediatamente o Governo Provisório?*” Não era uma posição ideológica. Ainda menos vontade, referindo-me ao que disse Jean-Jacques Marie, de tomar o poder para si ou para o seu partido. Ele estava longíssimo desse tipo de raciocínio. Não, Lenin pensava que havia que derrubar o Governo Pro-

visório porque, dizia ele, “*é um governo oligárquico, burguês e não popular, que não pode dar nem a paz, nem o pão, nem a liberdade completa*”.

Chamo a vossa atenção para este aspecto, por ser um fio condutor de tudo o que Lenin dirá e fará de Abril a Novembro de 1917. Para ele, o critério decisivo é: quais são as necessidades das massas, que poder pode satisfazê-las, quem tomará as medidas necessárias? No caso em apreço, o governo tinha de ser derrubado, dizia ele, por ser incapaz – já o tinha provado – de tomar as medidas que o povo com todo o direito esperava. Depois de dizer que “*há que derrubá-lo*”, Lenin acrescenta: “*Por agora, não é possível derrubá-lo*”. Porquê? “*Porque ele assenta num acordo directo e indirecto, formal e de facto, com os sovietes de deputados operários e, em primeiro lugar, com o principal soviete de Petrogrado (...). Beneficia do apoio que o segundo governo, o soviete de deputados operários, dá à burguesia*”.

Logo, diz ele, é preciso ter cuidado, pois “*o soviete dos deputados operários*” representa hoje “*o único governo revolucionário possível*”. Há, portanto, uma contradição, a que ele chamará “*dualidade de poder*”. Vai ser preciso tentar ajudar as massas a, por assim dizer, cortar o nó, o laço que ata os dois poderes, o poder proletário e o poder burguês. Contudo, para Lenin, antes de conquistar a classe operária, era preciso, primeiro, ir conquistar o próprio partido. Assim que a revolução eclodira, no final de Fevereiro (pelo calendário antigo), Lenin envia de Zurique cartas à direcção do Partido Bolchevique, dando a seguinte orientação: nenhum apoio ao governo provisório, governo burguês; todo o apoio aos sovietes, etc.

Esbarra na realidade de que os dirigentes bolcheviques locais, em Petrogrado, seguem uma orientação muito diferente, alinhados, na prática, com a maioria menchevique-socialista-revolucionária nos sovietes, ela própria alinhada com o governo provisório. Para

eles, a questão da ruptura com o governo burguês nem se discutia. Os apelos de Lenin à ruptura com o governo burguês são bem recebidos, pelo menos por uma parte da base operária do partido, porque correspondem à impaciência dos operários e soldados que vêem que, seis semanas após o início da revolução, a guerra continua, a fome continua, a desorganização continua e perguntam: o que é que o governo anda a fazer? Porém, se a posição de Lenin tem eco na base operária do partido, já entre os dirigentes ninguém lhe dá ouvidos. Tanto assim que, quando apresenta as suas famosas *Teses de Abril*, estas não são assinadas por vários dirigentes, mas apenas por um: Lenin – algo de invulgar nas tradições do Partido Bolchevique.

Da primeira vez que as põe à votação, tem, na direcção do Partido Bolchevique, o seu voto. A batalha política é, portanto, de monta. Os dirigentes ficam atónitos, surpreendidos com esta orientação de Lenin, havendo eles alinhado calmamente no apoio ao governo burguês. Lenin lutará e conseguirá reorientar o partido a partir de baixo, conquistando a base operária para as suas posições e arrastando a pouco e pouco todo o partido.

É, todavia, importante considerar os argumentos apresentados pelos seus opositores dentro do partido. Lenin arranja tempo para lhes responder em vários textos. Aliás, é espantoso que Lenin tenha conseguido, em pleno período revolucionário, produzir tanto. Eu fiz as contas: no espaço de seis meses, não só teve uma influência enorme no desenrolar de todo o processo revolucionário e desempenhou um papel decisivo em Outubro, como fez tudo isso enquanto escrevia 1600 páginas de artigos, brochuras e documentos diversos. Há pessoas muito produtivas, Lenin era uma dessas.

Nesta batalha política, Lenin confronta-se com os que depressa serão conhecidos como “velhos bolcheviques”, que diziam, no fundo: “Cuidado, que a orientação do partido nunca foi essa, sempre dissemos que primeiro era preciso uma revolução burguesa, e vens-

## CENTENÁRIO DA MORTE DE LENIN ●

-nos agora tu, Lenin, dizer que os operários devem tomar o poder? Estás a saltar etapas. Além de que a nossa palavra de ordem era a da ditadura democrática dos trabalhadores e do campesinato. Vens-nos agora tu, Lenin, dizer que chegou a hora do socialismo?" Lenin começa por responder com um convite a não se deixar aprisionar nas velhas fórmulas. Qualquer fórmula, qualquer palavra de ordem pode ser acertada num dado momento e errada noutra. E, mais, quanto à fase da revolução burguesa – ela já aconteceu! O que é o governo provisório se não um governo da burguesia? A burguesia tomou o poder; antes era a nobreza.

Em contrapartida, prossegue Lenin, não se pode deixar de observar que este governo burguês é incapaz de realizar as reivindicações democráticas e elementares das massas: a terra, o pão, a paz; e que recai, portanto, na classe operária fazê-lo. E no que concerne à "ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato", a velha fórmula do partido, o que é ela senão o soviete? O soviete é o instrumento da ditadura democrática da classe operária e do campesinato. O único problema é que o soviete continua preso à burguesia. Isso mostra bem que, se quisermos realizar esta palavra de ordem, é preciso romper o laço entre o governo provisório e os sovietes e permitir que os sovietes tomem nas próprias mãos todo o poder. Aliás, o episódio evocado por Jean-Jacques há pouco, que se dá no final de Agosto/início de Setembro, reata com esta formulação.

A partir de Abril, Lenin avança a palavra de ordem: "Todo o poder aos sovietes!" Neste ensejo, alinha-se, para todos os efeitos, pela posição desenvolvida por Trotsky com base na teoria da revolução permanente (embora Lenin, cujo traço psicológico mais importante não tenho a certeza que fosse a boa-fé, nunca escrevesse uma única linha, tanto quanto sei, a dizer que concordava com Trotsky sobre a revolução permanente. Fez-se na prática).

Para Lenin, ver-se sozinho com

a sua posição não chegava para desanimá-lo. Não por mera questão de feitio, não por uma faceta psicológica. A relação é, em primeiro lugar e antes de mais, com a sua concepção da relação entre partido e classe operária, em especial, com aqueles a quem ele chamava os "operários conscientes" empenhados na revolução. Vocês conhecem a caricatura de Lenin: o homem para quem o partido é a única coisa que importa, o partido que dirige, etc. Interessem-se pelo que Lenin dizia e pelo que ele fazia: não é bem aquilo.

Em plena revolução, Lenin escreve: "Nunca milhões de homens escutarão os conselhos de um partido se estes não coincidirem com o que a sua própria experiência de vida lhes ensina". Cabe, pois, ao partido estar à altura do que os trabalhadores tiram da sua própria experiência, não dizer-lhes o que eles hão-de pensar.

Noutra altura, ele vinca: "Dezenas de milhões de operários não fazem a revolução para seguir os conselhos de um partido". Sim, para Lenin, o partido é essencial, como Christel explicou há pouco, mas ele põe acima de tudo as necessidades vitais das mais amplas massas, cuja satisfação é a força motriz do processo revolucionário. Compete ao partido estar à altura de tais exigências, não o contrário.

Assim, depois de ter (mais ou menos) ganhado a direcção do Partido Bolchevique para as suas posições – mais ou menos, porque a coisa ressurgirá alguns meses mais tarde – Lenin define a forma de intervir à luz da mesma preocupação. O seu ponto de partida era factual: os bolcheviques estão em minoria nos sovietes. Nas *Teses de Abril*, ele insiste na necessidade de "prosseguir um trabalho de propaganda e nada mais, de lutar apenas no terreno das ideias". É preciso, dizia, ser capaz de "persuadir fraternalmente" e "invocar a experiência viva das massas". Para que tarefas? Define-as ele no início de 1917, repetindo-as depois, com poucas variações, durante seis meses, em diversos moldes: o que é preciso, explica, é

avançar para um novo tipo de Estado (do tipo da Comuna de Paris), impor uma paz democrática, passar à nacionalização das terras do país, apelando aos camponeses para fazerem eles próprios a reforma agrária, sem esperar por leis. Necessário, também, acrescenta, reconhecer a liberdade de todas as nações oprimidas, apesar de o partido do proletariado ser a favor da fusão das nações, como Dominique recordou. É preciso fundar uma nova Internacional, é preciso constituir um partido comunista proletário.

Estas palavras de ordem são por vezes acompanhadas de outras. Por exemplo, a proposta de transferir para o Estado a propriedade de todos os agrupamentos industriais que se começam a constituir, como primeiro passo para a socialização dos meios de produção. Todas estas propostas concretas constituirão o fio condutor das actividades de Lenin durante estes seis meses. A cada etapa, ia perguntando: que necessidades, que aspirações têm os milhões de homens mobilizados nos sovietes? O governo correspondeu-lhes? Corresponder-lhes-á? E, se não, quem o há-de fazer se não a classe operária, com a ajuda do partido?

Lenin não tentou forçar ritmos, de maneira nenhuma. Muito pelo contrário. Quando o acusam a ele e aos seus partidários de querer provocar a violência (estávamos em Abril-Maio), responde: "A Pravda e os seus partidários, longe de pregarem a violência, dizem, bem pelo contrário, com a maior clareza, precisão e resolução, que toda a nossa acção visa essencialmente, no momento actual, explicar às massas proletárias as suas tarefas proletárias, ao contrário da pequena burguesia presa da embriaguez chauvinista. Contanto que vocês, senhores capitalistas (...), se limitem a ameaças de violência; contanto que não recorram à violência; contanto que existam sovietes de deputados operários e soldados, contanto que não ponham em prática as vossas ameaças aos sovietes (...), contanto que não exerçam coerção sobre as massas, nós (...) declaramos e repetimos que

## ● CENTENÁRIO DA MORTE DE LENIN

>>> vemos nos soviets de deputados operários e soldados a única forma de governo possível”.

Para Lenin, a condição para pôr a questão do poder é a vanguarda revolucionária ganhar a maioria entre os “operários conscientes” e portanto, pelo menos, nos soviets de Moscovo e Petrogrado. Chega a recomendar aos seus apoiantes, quando o sovieta proíbe uma manifestação, em 21 de Abril, que “*acatem a decisão, para não pôr em causa o quadro democrático dos soviets*”, ainda que isso pusesse em causa iniciativas bolcheviques.

No início de Maio, dá-se um ponto de viragem na revolução, quando ministros ditos socialistas entram no governo provisório. O governo deixa de ser apenas um governo burguês, passa a ser um governo burguês com ministros supostamente socialistas: mencheviques e socialistas-revolucionários.

Ao inaugurar-se o primeiro congresso dos soviets da Rússia, no início de Junho, os bolcheviques representam 10% dos delegados, uma pequena minoria. Lenin toma a palavra no congresso, perguntando: “*Em que é que o governo de coligação, com os seus ministros pseudo-socialistas, difere do anterior?*” Argumenta: “*Vejam o que está a acontecer, olhem para o descalabro económico que se vive na Rússia e em todos os países envolvidos na guerra imperialista (...). O governo de coligação não mudou nada disto*”. Responde a uma objecção: “*Perguntam-nos: mas será que se pode instaurar o socialismo na Rússia (...). Camaradas, isso não passa de escapatórias (...). O capitalismo em estado puro a transformar-se no socialismo em estado puro é coisa que não existe em parte nenhuma*.” Refuta, portanto, tais pseudo-argumentos para regressar à realidade dos factos: “*O que existe é algo intermédio, algo novo, sem precedentes, pois há centenas de milhões de homens a perecer numa guerra criminosa entre capitalistas. A questão não está em prometer reformas, isso é conversa fiada; está em tomar as iniciativas*

que se impõem no momento actual”.

Desfia-as: nacionalização das terras, confisco dos bens dos grandes proprietários...

Ora, tais iniciativas eram exactamente o que o governo se recusava a tomar; ao longo dos meses de Abril, Maio e Junho, a exasperação das massas populares só aumenta. Vêm irmãos, pais e amigos perder a vida na guerra, que continua. Vêm a fome a alastrar. Em 18 de junho, 500 mil manifestantes saem à rua, fazendo suas as palavras de ordem “*Todo o poder aos soviets*” e “*Abaixo os dez ministros capitalistas*”. Seguem-se as jornadas de Julho. As massas estão tão exasperadas, que querem assaltar o regime. Os bolcheviques tentam contê-las. Lenin explicará mais tarde: talvez pudéssemos ter tomado o poder naquela altura, mas não estavam reunidas condições para mantê-lo.

Para evitar o desastre, os bolcheviques tentam convencer os trabalhadores de que é cedo. Não conseguem. As massas avançam, os bolcheviques juntam-se à manifestação, e o governo de coligação, com os seus ministros pseudo-socialistas, passa à mais brutal ofensiva, reprime os trabalhadores, dispara contra a multidão, saqueia os escritórios dos jornais bolcheviques e organiza a caça a Lenin. Se o tivessem apanhado, é provável que ele tivesse tido o mesmo destino de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht alguns meses mais tarde.

Aí aparece inteira a contradição: as massas manifestam-se aos gritos de “*Todo o poder aos soviets*”, mas os dirigentes dos soviets, mencheviques e socialistas-revolucionários, mandam disparar contra as massas que lhes dizem: tomem o poder! Mandam disparar em nome do governo burguês com o qual se recusam a romper. Para Lenin, chegou-se a um ponto de viragem. Vai aplicar a si próprio o que anteriormente dissera: as palavras de ordem são acertadas num dado momento e, noutro, deixam de o ser. No início de Julho, explica o seguinte: “*Os dirigentes dos soviets e dos partidos socialista-revolu-*

*cionário e menchevique (...) traíram definitivamente a causa da revolução, entregando-a aos contra-revolucionários e transformando o seu próprio povo, os seus partidos e os seus soviets em cobre misérias da contra-revolução*”. Por conseguinte, a palavra de ordem “*Todo o poder aos soviets*” “*agora já não serve, porque não tem em conta esta mudança de poder nem a traição completa e efectiva dos socialistas-revolucionários e mencheviques*”.

Para Lenin, não há forma independente do conteúdo. A partir do momento em que os soviets se transformaram em instrumentos da contra-revolução, a palavra de ordem “*Todo o poder aos soviets*” deixa de estar na ordem do dia. Todavia, acrescenta, irá haver uma nova fase na revolução. A questão do poder dos soviets voltará a pôr-se. Não serão os mesmos soviets, serão outros soviets, outro tipo de sovieta. Para já, o que é preciso é combater a contra-revolução e, logo, os soviets que aceitam ser seus instrumentos.

Isso não impede Lenin – Jean-Jacques falou nisso, não preciso de fazê-lo eu – de fazer uma última tentativa de compromisso quando do golpe de Estado de Kornilov. Os dirigentes mencheviques e socialistas-revolucionários recusam-se a aceitar a mão que lhes é estendida.

A partir daí, para Lenin, a questão torna-se simples: tendo os bolcheviques obtido a maioria nos soviets de Petrogrado e de Moscovo, têm o dever de cumprir o mandato das massas e, portanto, preparar a insurreição. Para isso, é necessário lutar contra as resistências à insurreição dentro do próprio Partido Bolchevique, resistências que continuarão até ao momento da insurreição. Embora no exílio (estava escondido primeiro na Finlândia, depois um pouco mais perto de Petrogrado), Lenin desmultiplica-se em cartas ao Comitê Central – a sua orientação mantém-se a mesma: parem com a cavaqueira, abandonem todas as assembleias em que conversam durante horas a fio com os representantes dos outros partidos,

## CENTENÁRIO DA MORTE DE LENIN ●



Jornada de estudo sobre a actualidade de Lenin, organizada pela secção francesa da IVª Internacional em Paris, no dia 27 de Fevereiro.

isso já não interessa para nada. Consagrem 99% da vossa energia a ir às fábricas e quartéis, a preparar a insurreição, a explicar aos operários que não há outro caminho a não ser o poder para os soviets, a paz para o povo, a liberdade para todos os povos, a confiscação dos lucros escandalosos, a terra para quem a trabalha. Tendo este diálogo nas fábricas, conseguiremos avaliar o momento mais adequado para a insurreição.

A maior dificuldade, para Lenin, é a sua própria direcção, a direcção do Partido Bolchevique, que lhe censura as cartas, publica extractos dalgumas na *Pravda* e afasta outras e esconde dos militantes que Lenin diz que é preciso preparar-nos para a insurreição. É uma direcção que tergiversa, que não tem a certeza de ser esse o caminho a seguir. Lenin escreve (no final de Setembro): “*Existe entre nós, no Comité Central e nos círculos dirigentes do partido, uma corrente (...) hostil à tomada imediata do poder*”. A crise atinge tais proporções, que, em 29 de Setembro, Lenin escreve à direcção do partido: “*Devemos e podemos decidir a insurreição*”. O único obstáculo é a direcção, que censura as cartas que envio ao Comité Central: “*Devo apresentar o meu pedido de demissão do Comité Central, o que faço, reservando-me o direito de fazer propaganda nas fileiras do partido e no congresso do partido*”, de modo

a apelar aos militantes para que saltem o obstáculo que vocês erguem e preparem a insurreição.

É assim porque, uma vez mais, para Lenin, apoiante embora de um partido centralizado, acima de tudo estão as necessidades históricas da classe operária e das massas, as necessidades do processo revolucionário. É nisso que consiste a concepção de Lenin.

É ela que leva a um facto que sempre considere bastante excepcional – desde que o li pela primeira vez e até hoje: entre todos os escritos de Lenin desta altura, há um panfleto que ele escreve quatro semanas antes da insurreição. Chama-se “*Conseguirão os bolcheviques manter o poder?*” Os bolcheviques ainda não tinham tomado o poder, mas Lenin já está a analisar com grande clarividência o que vai acontecer (é uma brochura de quarenta ou cinquenta páginas, muito pormenorizada). Diz ele: vamos tomar o poder; tecnicamente, isso não põe grande problema. É verdade, e Jean-Jacques disse-o: uma vez chegados a um ponto tal de decomposição do regime, não é grande problema; os operários armados estavam do lado dos bolcheviques, não era assim tão complicado tomar o poder. Mas Lenin acrescenta: que condições há para conseguirmos mantê-lo? Poupo-vos os pormenores. Mas queria concluir, lendo-vos este passo que considero particular-

mente impressionante. Estamos a quatro semanas da insurreição. Lenin sabe que estão reunidas as condições para ela ser bem sucedida, que estão reunidas condições para manter o poder, mas não sabe se se vai conseguir, porque não sabe se a direcção bolchevique não irá sabotar a operação até ao fim. Não sabe se a polícia czarista, que anda à sua procura, e os bandos armados de rufias o irão conseguir encontrar e fuzilar. Tudo isso é possível. Ao escrever a brochura, escreve o seguinte:

*“Quando o último dos operários, quando qualquer desempregado, quando qualquer cozinheira e qualquer camponês arruinado vir (...) que o poder proletário não se prostra ante a riqueza, mas ajuda o pobre, que esse poder não recua ante medidas revolucionárias, que tira aos parasitas o supérfluo para o dar aos famélicos, que instala à força os sem-abrigo nos apartamentos dos ricos, que obriga os ricos a pagar o leite, mas não lhes dá uma gota de leite enquanto as crianças de todas as famílias pobres não o tiverem recebido em quantidade suficiente, quando vir que a terra é entregue a quem a trabalha, que as fábricas e os bancos são postos debaixo do controlo dos operários, que um castigo imediato e severo aguarda os milionários que dissimularem as suas riquezas, quando, pois, o pobre vir e sentir tudo isto, não haverá então força de capitalistas e de kulaks, não haverá força do capital financeiro mundial, que amassa dinheiro às centenas de milhares de milhões, que possa derrotar a revolução popular.”*

Camaradas, acontecesse o que acontecesse depois da vitória da revolução, fosse qual fosse a evolução subsequente e a própria degenerescência do estalinismo, a história recordará que, quando, quatro semanas antes da insurreição, Lenin disse que o último dos operários, o desempregado, a cozinheira, o camponês arruinado veriam tais coisas – pois bem, eles viram-nas! E viram-nas porque os bolcheviques, sabendo dialogar com as massas, lhes permitiram tomar o poder. ●

## ● CORRESPONDÊNCIA

## Lenin na Rússia, hoje

# A percepção de Lenin no povo, e como o regime a usa

Carta de um leitor da Rússia

Um leitor da Rússia enviou-nos as suas reflexões sobre a percepção que, 100 anos volvidos da morte de Lenin, a população russa tem hoje dele e como o regime de Putin tenta instrumentalizar a figura de Lenin, depois de anos a vilipendia-lo.

**P**ASSARAM CEM ANOS da morte de Vladimir Ilich Lenin. Após o colapso da URSS, as grandes datas da vida de Lenin não têm sido ignoradas pelos meios de comunicação social russos. Mas hoje, no aniversário da sua morte, florescem não filmes sobre “bolcheviques e o dinheiro alemão”, como no passado, mas a publicação de uma série de obras fundamentais de Lenin sobre o imperialismo, a revolução russa e a questão nacional, reeditadas com grande tiragem por editores comerciais na colecção “Clássicos russos - Livros que mudaram o mundo”. Tornaremos mais à frente a este fenómeno novo. Começamos por apresentar alguns dados estatísticos relativos a este ano. Segundo sondagens de opinião realizadas pelo Centro Pan-Russo de Estudos de Opinião Pública, a figura histórica de Lenin é bem conhecida dos russos. A maioria dos inquiridos afirma poder facilmente caracterizar Lenin em duas ou três palavras (88%). A faixa etária dos 18 aos 24

anos conhece-o um pouco menos (72%), o que é de esperar, dado o moderado interesse das gerações mais jovens pela história do seu país.

Na opinião pública russa, o estatuto de dirigente de Lenin está firmemente enraizado, mas, enquanto, numa sondagem de 2016, ele tendia a ser referido como tal sem qualquer precisão, as respostas dos russos de hoje são muito mais precisas. Para 39% dos inquiridos, Vladimir Ilich é “o dirigente da Revolução de Outubro de 1917”. Para 18% dos inquiridos, é o “dirigente do proletariado” e, para 15%, o “dirigente da URSS”; 11% consideram-no um “dirigente comunista”, 8% consideram-no “um grande homem”, e 6% elogiam o seu contributo para o desenvolvimento do nosso país (“levantou o país, fez muito pelo desenvolvimento do Estado e do povo”). Quase metade dos russos afirma ter uma atitude positiva para com Lenin (47% dos que sabem quem ele foi), 30% são indiferentes e apenas 15% têm uma atitude negativa em relação a esta figura histórica. No que se refere à imagem específica de Vladimir Ilich, os inquiridos tendem a pensar que ele será recordado como o “fundador do Estado soviético” (24%; 32% em 2022) e “um dirigente que colocou os interesses dos trabalhadores em primeiro lugar” (23%; 26% em 2022).

Sem querer escrever a história de toda a atitude sobre Lenin durante o período pós-soviético, iremos concentrar-nos nos últimos dez anos, quando, em 2014, a crise na Ucrânia pôs a Rússia e, depois, o mundo inteiro perante uma nova

realidade histórica. Durante este período, o Presidente russo, Vladimir Putin, falou por várias vezes de Lenin, sempre de forma negativa. Na sua opinião, Lenin não era um estadista, mas um revolucionário. Na sua opinião, o modelo de Estado que propôs criou “pontos dolorosos” que ainda perduram. Em 2016, no Conselho para a Ciência, Tecnologia e Educação, Putin falou directamente aos cientistas do papel subversivo de Lenin na história da Rússia, criticando o princípio federativo que subjaz à URSS como obra de Lenin, ao incluir o direito das repúblicas a abandonarem livremente a União. “*Eles (Lenin e os bolcheviques – nota da redacção) colocaram uma bomba atómica sob os alicerces do edifício chamado Rússia, e ela depois explodiu*”, disse o Presidente. Em Fevereiro de 2022, em vésperas da “operação militar especial” (nome oficial dado pelo regime à sua invasão da Ucrânia – nota da redacção), Putin voltou a criticar Lenin, chamando-lhe autor e arquitecto da Ucrânia soviética. A Ucrânia moderna foi, segundo Putin, “*inteiramente criada pela Rússia em resultado da renúncia dos bolcheviques a parte dos seus territórios históricos*”.

E apesar de o adido de imprensa do chefe de Estado russo, Dmitri Peskov, ter declarado que os comentários de Putin sobre Lenin tinham que ver com a opinião pessoal do Presidente, não merecendo indignação, as críticas e a perplexidade não tardaram. “*Estou surpreendido*”, reagiu Mikhail Demurin, diplomata e colunista do meio de comunicação

oficial REGNUM, “Não percebe Vladimir Putin que a força da linha adoptada pelos bolcheviques em matéria de política nacional foi referendada pela unidade do país durante a Grande Guerra Patriótica? Sim, houve colaboradores nas repúblicas nacionais durante esses anos dramáticos, mas teriam sido mais numerosos se, após a Guerra Civil, o governo soviético tivesse enveredado pelo caminho da criação de um Estado russo centralizado, em ‘ruptura’ com a posição de Lenin, que é o que Putin hoje critica”.

Curiosamente, de 2016 a 2019, as críticas às declarações antileninistas de Putin não vieram tanto da esquerda oficial (o dirigente do Partido Comunista KPRF, Genady Zyuganov, permaneceu diplomaticamente silencioso), mas dos “patriotas do Estado”, ou seja, daqueles para quem o dirigente russo aparentemente apelava e de quem esperava apoio. O jornal “patriótico” e “estatista” *Zavtra* reagiu de forma dura: “ao afirmarem que foi a estrutura federal da União Soviética a responsável pelo colapso do país e que, se não tivesse havido uma união de repúblicas, não teria havido separatistas e nacionalistas e a União Soviética teria sido preservada, Vladimir Putin e os seus apoiantes estão a tentar atirar as culpas do colapso do país para cima das pes-

soas sãs de espírito. A guerra civil e o verdadeiro colapso do Império Russo não começaram com a Revolução de Outubro, mas com a Revolução de Fevereiro de 1917, e os comunistas internacionalistas – os bolcheviques – não tiveram nada que ver com isso.”

Referindo-se às memórias do General Denikin, *Ensaio sobre os tempos de agitação na Rússia*, que descreve o colapso do Governo Provisório no Verão de 1917, o autor da *Zavtra* aconselha o Presidente a “ler Lenin na versão original (...) para compreender o génio da maneira como Lenin trata a questão mais delicada, que era a questão nacional – maneira essa que permitiu a preservação da Rússia histórica nos moldes de uma ‘união voluntária e honesta dos povos da Rússia’, sob a forma da União Soviética”.

Pouca gente na Rússia prestou atenção ao facto de 2016 ser o centésimo aniversário da publicação do livro de Lenin *Imperialismo, estádio supremo do capitalismo*. Houve quem só se lembrasse depois de a “operação militar especial” na Ucrânia ter resultado num confronto aberto entre os Estados Unidos e a União Europeia, por um lado, e a Rússia, por outro. A resolução ES-11/4 da Assembleia Geral da ONU, de 12 de Outubro de 2022, que condena as acções

militares da Rússia, foi apoiada por 143 países em votação pública, com 5 votos contra, 35 abstenções e 10 não participações na votação. Entre os 50 países que não expressaram a sua condenação da “operação militar especial” russa, ou que a rejeitaram, encontravam-se a maioria dos Estados da CEI, a Índia, a China, a Mongólia, o Paquistão, o Irão, a Síria, os países da Indochina (salvo a Birmânia), quase 20 Estados africanos, a Nicarágua, a Venezuela, Cuba e a Bolívia. A anterior resolução da Assembleia Geral da ONU que pedia a expulsão da Rússia do Conselho dos Direitos Humanos da ONU fora apoiada por 90 países, com 24 contra e 58 abstenções. Em Agosto de 2022, surgiu mais uma (a quarta) crise de Taiwan entre a China e os Estados Unidos, claramente ligada aos acontecimentos na Ucrânia, e, um ano mais tarde, a 7 de Outubro de 2023, dar-se-á o sangrento conflito na Faixa de Gaza, seguido de um confronto directo entre os houthis iemenitas e as forças navais americanas e britânicas.

Em Outubro de 2022 (ainda muito longe da guerra em Gaza), Putin, provavelmente levando em consideração a votação da ONU e o conflito de Taiwan entre os Estados Unidos e a China, discursou numa sessão plenária do Clube de Discussão Internacional de Valdai,



Obras de Lenin e Trotsky na livraria Falanster, em Moscovo, em Fevereiro de 2024.



## ● CORRESPONDÊNCIA

>>> realçando que “o Ocidente não é capaz de governar a humanidade sozinho, embora esteja desesperadamente a tentar fazê-lo. E a maioria dos povos do mundo já não está disposta a aguentar. Nas palavras de um clássico (Putin repetiu a frase duas vezes – nota do editor), a situação é, até certo ponto, revolucionária: “os de cima” já não conseguem governar como dantes e “os de baixo” já não querem viver como dantes. É uma situação preche de conflitos graves e perigosos, inclusive para o próprio Ocidente”. Qualquer leitor que tenha estudado a história da URSS terá certamente percebido que o “clássico” a que Putin se refere não é outro senão Vladimir Ilich Lenin, ao formular, em 1915, quais as características de uma situação revolucionária.

O que terá então acontecido? Vladislav Iuritsin, um observador político do meio de comunicação cazaque Zonakz.net, deu uma boa resposta a esta pergunta no seu artigo intitulado “A Guerra dos Mundos. Lenin Redivivo (As guerras imperialistas e as contradições inter-imperialistas atualizaram o filho mais famoso de Simbirsk-Ulyanovsk)”: “Não são as pessoas que mudam os acontecimentos; são os acontecimentos que mudam as pessoas”, escreve Iuritsin. “Esta frase, retirada do filme chinês *Internal Affairs*, descreve muito bem o actual momento geopolítico. As pessoas que pertencem ao mesmo círculo – o círculo do grande capital – perderam subitamente a compreensão mútua e começam a descobrir-se umas às outras de forma cada vez mais brutal”.

Para continuar, eis uma recensão da nova edição do *Imperialismo, Estádio Supremo do Capitalismo*, de Lenin, publicada na revista *Istoriik* em Maio de 2023: “A obra clássica do fundador do Estado soviético, escrita em plena Primeira Guerra Mundial (1916), surpreende pela sua actualidade um século depois! Estará o planeta de novo à beira de um grande e perigoso conflito? Não é realista o sistema mundial existente desenvolver-se pacificamente, e a fase

sangrenta, dolorosa e prolongada da redistribuição das esferas de influência e de controlo está a começar. A luta dá-se à escala global, o que traz de novo para a ribalta a questão do imperialismo. Será um traço característico da política das potências agressivas, que pode ser alterado ou suprimido com algum esforço? Ou será uma fase particular do desenvolvimento do capitalismo como ordem social dominante no planeta?

Lenin defendeu com veemência a segunda visão, considerando o imperialismo como “estádio supremo do capitalismo”. É notória a dificuldade de fazer previsão em matéria social, muitos foram os excelentes analistas que foram incapazes no prognóstico. Hoje, podemos dizer com certeza que aquela etapa não era a mais elevada, mas simplesmente uma das etapas, entretanto substituída por outra. Mas a análise de Lenin do imperialismo como fenómeno histórico não perde valor; explica bem a ligação entre economia e política, conquistas coloniais e guerras mundiais, com a dinâmica de desenvolvimento dos maiores países capitalistas. Como chegou o capitalismo à fase imperialista, que, segundo Lenin, conduz inevitavelmente a guerras para dividir o mundo e redistribuir esferas de influência? Fundado como sistema de livre concorrência no mercado, começou, à medida que se ia desenvolvendo, a transformar-se no seu oposto: no monopólio.

A concorrência capitalista foi substituída pelo domínio dos monopólios capitalistas. A fase de desenvolvimento monopolista do capitalismo é, para Lenin, o imperialismo. As suas cinco características principais são: 1) concentração da produção e do capital, atingindo um grau de desenvolvimento tal, que surgem monopólios que desempenham um papel decisivo na vida económica; 2) fusão do capital bancário com o capital industrial e criação de uma oligarquia financeira assente no “capital financeiro”; 3) a exportação de capitais, por oposição à exportação de mercadorias,

adquire importância particularmente grande; 4) formam-se uniões monopolistas internacionais de capitalistas, que dividem o mundo, e 5) perfaz-se a divisão territorial do planeta entre as grandes potências capitalistas. O potencial de expansão pacífica do capitalismo no seu próprio país esgota-se na fase do imperialismo; são necessários novos territórios para continuar o movimento – mas todos eles estão ocupados!

É, portanto, necessário apoderar-se deles pela força... Será, então, possível combinar o monopólio na economia com uma política pacífica e não conquistadora nas relações internacionais? Lenin diz que não e considera que não é coincidência a forte intensificação das políticas anexionistas e colonialistas ocorrer quando o capitalismo passa de um estado competitivo para um estado monopolista. Com tudo já partilhado “no interior”, os olhos dos monopolistas voltam-se para o “exterior”. Como resultado da conquista e da divisão do mundo, o capitalismo seleccionou um punhado (menos de um décimo da população da Terra) de Estados particularmente ricos e poderosos, que – pelo simples “recorte de cupões” – saqueiam o mundo inteiro. (...) É um facto: são os acontecimentos que mudam as pessoas: aquilo mesmo que as autoridades russas e os “cientistas” oficiais incansavelmente, durante trinta anos, declararam irrelevante está de volta às prateleiras das livrarias de Moscovo.

“A Rússia precisou de cem anos para compreender Lenin”, observou recentemente o colunista e propagandista da RIA Novosti, Pyotr Akopov, declarando: “Sim, Lenin continua a ser o russo mais famoso do mundo, apesar de nós, na Rússia, continuarmos a disputar-nos a seu respeito (...) Não é nenhuma coincidência que, estudando o imperialismo como estádio supremo do capitalismo, ele compreendesse que o resultado seria a unificação do mundo. Mas em vez de um mundo unido pelo capital e pelas armas, Lenin queria construir um novo mundo de

*fraternidade universal, igualdade e justiça – um mundo em que não houvesse exploração do homem pelo homem, mas apenas auto-organização inteligente de trabalhadores felizes. E também não haveria Estado – nem nacional nem supranacional. Era esse o sonho de Lenin, que ele ofereceu ao povo russo (...) Para todo o mundo, Lenin representa não só a luta por uma sociedade justa, mas também por uma ordem mundial justa: também a luta de libertação nacional faz parte do legado de Lenin. É precisamente esta luta que a Rússia trava hoje, e é precisamente em torno dos objectivos desta luta que apelamos à união de todo o mundo não-ocidental, do “Sul Global”. Estaremos então a dar continuidade ao trabalho de Lenin? Sim, em muitos aspectos, mas a lição que ele nos dá é que a procura da justiça não é separável: a luta pela justiça não é apenas*

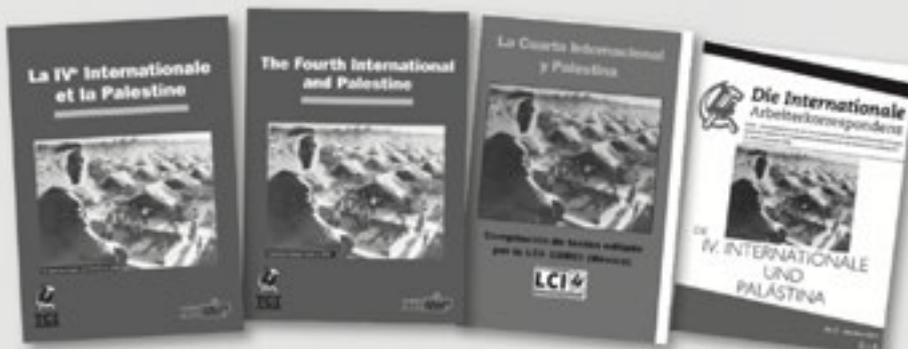
*uma luta no plano global, mas também no plano sócio-económico. Uma coisa está directamente ligada à outra, assim, especialmente, para o nosso povo, cuja biografia incluirá um capítulo leninista”.*

É um facto: são os acontecimentos que mudam as pessoas. Durante décadas, a corrupta “burguesia” russa tentou em vão obter da “troika global” (FMI, OMC, Banco Mundial) o direito a uma parceria económica e política justa, mas não foi capaz nem quis criar uma ideologia diferente da ideologia neoliberal. Agora que se encontra numa situação de confronto aberto com o “Ocidente colectivo” e com a sua própria “ala pró-ocidental”, a elite russa ressent-se muito de um vazio ideológico. A bandeira dos czares Romanov (cujos nomes as autoridades russas ontem haviam mandado gravar no primeiro monu-

mento erigido na Rússia Soviética em honra dos revolucionários do mundo) mal se adequaria à “mobilização dos povos oprimidos do mundo”. Afigurou-se, assim, de repente, que “o russo mais famoso do mundo” era e continua a ser “o maldito Lenin”. É difícil dizer quanto tempo durará este ziguezague ideológico da propaganda oficial. Podemos apenas acrescentar que, além das obras de Lenin acima mencionadas, duas editoras comerciais na Rússia publicaram este mês, na mesma série “Clássicos Russos – Livros que Mudaram o Mundo”, *A Revolução Traída* de Leon Trotsky... publicada na Rússia pela primeira vez desde 1991. ●

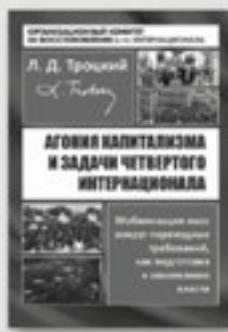
**Moscovo, 13 de Fevereiro de 2024**

## Algumas publicações recentes disponíveis



“A IVª Internacional e a Palestina”, disponível em alemão, espanhol, francês e inglês

Brochura que reproduz a jornada de estudo de 27 de Janeiro sobre a “actualidade de Lenin”, organizada pela secção francesa da IVª Internacional, em francês



O Grupo de Apoiantes do CORQI na Rússia reeditou o Programa de Transição em russo.

## ● EVENTO

# Segundo encontro internacional de jovens revolucionários

França, 28, 29 e 30 de Junho de 2024

**D**E 28 A 30 DE AGOSTO de 2024, os militantes jovens da secção francesa da IVª Internacional propõem-te que participes num encontro internacional de jovens revolucionários, que durará três dias.

Nos últimos meses, tem-se agravado muito a situação a que a juventude e a classe operária são sujeitas em todo o mundo. No entanto, há jovens, em todo o mundo, que recusam esta situação e querem combater pela revolução. Estão-se a organizar para isso.

É disso que discutiremos, juntos, neste próximo encontro, à luz das nossas respectivas experiências, para lutar contra o capitalismo e a sua barbárie à escala mundial!

No Verão passado, fizemos uma primeira conferência, com 70 jovens vindos de 9 países: Afeganistão, Palestina, Rússia, Ucrânia, Estados Unidos, Azânia/África do Sul, Grã-Bretanha, Portugal e França.

No apelo comumente adoptado no final dos nossos debates,



“Liberdade para Azat Miftakhov!”: os participantes no primeiro encontro internacional (Agosto de 2023) manifestam a sua solidariedade com um jovem preso político anarquista na Rússia.

escrevemos: *“Contra a barbárie em que o sistema capitalista nos mergulha em toda a parte, os jovens e os trabalhadores têm os mesmos interesses: acabar com este sistema de guerra e miséria. Há uma só juventude, e ela é internacional. Em todos os lugares em que estamos, organizemo-nos para defender os nossos direitos, para acabar com as guerras dos capitalistas, pela revolução socialista!”*

Este ano, o encontro decorrerá de quarta-feira, 28, a sexta-feira,

30 de Agosto de 2024, a 200 Km de Paris. Estarão representados mais países. **Inscreve-te!**

Para estabelecer contacto com os organizadores, escreve para [jeunestci@gmail.com](mailto:jeunestci@gmail.com).

Questões de dinheiro não podem, de maneira nenhuma, ser razão para não participar. Estamos a organizar uma campanha financeira. Todas as participações são, portanto, bem-vindas, à medida das possibilidades de cada um. ●

## A Internacional

Revista do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional)

### Assina!

**Assino A Internacional - 6 números: 24 euros**

Apelido, nome: .....

Endereço: .....

Endereço electrónico:.....

Cheques à ordem de 'Réveil ouvrier' - 67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil, França

## *A Internacional*

publica-se em versão alemã, árabe, espanhola, francesa, húngara, inglesa e portuguesa



